

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Termo de Referência 101/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
101/2025	390004-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	EDINETE DE SOUSA NASCIMENTO	19/09/2025 12:19 (v 4.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços especiais de engenharia	57/2025	50000.021596/2025-16

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de engenharia para elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília - DF, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 22,2%	VALOR TOTAL SEM BDI 22,2%	VALOR TOTAL COM BDI 22,2%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	61.488	R\$ 9,66	R\$ 11,80	R\$ 593.974,08	R\$ 725.836,33
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	61.488	R\$ 12,60	R\$ 15,40	R\$ 774.748,80	R\$ 946.743,03
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.368.722,88	
Valor Total (Com BDI - 22,2%)								R\$ 1.672.579,36

1.1.1. Os serviços serão executados nas Edificações abaixo:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", com área total de 26.566,34 m²;
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2, com área total de 29.619,31 m²;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, com área total de 2.320,32 m²;

d) Túnel 600,00 m²;

e) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180, com área total de 2.382,00 m².

1.2. Conforme o disposto no art. 6º, inciso XXI, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação enquadra-se como serviço especial de engenharia. De acordo com a definição legal, tal classificação abrange as atividades de engenharia que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser enquadradas como serviços comuns de engenharia.

1.3. Adicionalmente, o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia da Advocacia-Geral da União esclarece que:

“E, por exclusão, será especial o serviço de engenharia que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não se enquadre como objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade ou então seja considerado um serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme rol do inciso XVIII do art. 6º da NLLC³.”

1.4. Considerando a natureza do objeto, que demanda atividade de caráter técnico especializado e intelectual, cuja execução exige conhecimento aprofundado e abordagem individualizada, constata-se que o serviço pretendido não é passível de padronização em termos de desempenho e qualidade. Por conseguinte, confirma-se o seu enquadramento como serviço especial de engenharia, para fins de definição da modalidade de licitação e demais aspectos procedimentais da contratação.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.6. O prazo de vigência do contrato observará o disposto no art. 111 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação visa à execução de escopo previamente definido. Caso o objeto não seja integralmente concluído no prazo inicialmente estabelecido, a vigência poderá ser prorrogada automaticamente, mediante termo aditivo, até a efetiva conclusão dos serviços.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115342000167-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 18/04/2024;

III) Id do item no PCA: 45;

IV) Classe/Grupo: 833 - Serviços de Engenharia;

V) Identificador da Futura Contratação: 390004-57/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade para a elaboração de projetos, visam equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Devem ser previstos para a contratação em tela os critérios abaixo:

- 4.1.1. Utilizar de forma racional os recursos naturais, como água, energia e materiais de construção;
- 4.1.2. Usar menos recursos naturais nos processos produtivos;
- 4.1.3. Contar com menos materiais perigosos ou tóxicos;
- 4.1.4. Ter maior vida útil;
- 4.1.5. Gerar menos resíduos;
- 4.1.6. Priorizar o uso de materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis;
- 4.1.7. Preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 4.1.8. Considerar o ciclo de vida dos produtos, desde a produção até a disposição;
- 4.1.9. Reduzir o consumo de energia e de água.

4.2. Por não constar especificações sobre o objeto ou parte dele no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, cabe seguir os parâmetros descritos no inciso II do art. 9º da IN/ME nº 58/2022, ou seja, deve-se verificar a Legislação Específica.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, sendo necessário o agendamento por meio do e-mail cogrl@transportes.gov.br, em que será designado um servidor para acompanhamento, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1. Por se tratar de vistoria prévia, não será admitido alterações significativas dos sistemas analisados ou ações que prejudique ou incida negativamente na execução dos serviços realizados por servidores, usuários, colaboradores residentes.

4.22.2. O Modelo de Declaração de Vistoria encontra-se pormenorizada como apêndice deste Termo de Referência.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto deverá ter início em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, com a realização de reunião técnica de abertura entre as partes envolvidas, visando:

- a) o alinhamento dos procedimentos e diretrizes da execução;
- b) a realização de vistorias técnicas detalhadas nas edificações;
- c) a apresentação e validação do Cronograma Físico-Financeiro;
- d) o esclarecimento de dúvidas e atendimento às exigências legais e técnicas;
- e) o planejamento operacional, conforme previsto no Caderno de Especificações Técnicas e no Cronograma Físico-Financeiro.

5.2. A equipe mínima deverá ser composta por profissional legalmente habilitado (engenheiro ou arquiteto), com atribuições compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas e com responsabilidade técnica devidamente registrada.

5.3. O objeto contratado será desenvolvido em duas etapas:

5.3.1. Elaboração de Projeto “As Built” Arquitetônico:

- a) O projeto deverá refletir fielmente as condições existentes das edificações, devendo a contratada realizar o levantamento completo das informações, com atualização de plantas baixas, cortes, fachadas, detalhes construtivos, layouts e elementos do sistema de segurança contra incêndio existentes.
- b) A contratada será integralmente responsável pelas vistorias e conferência das informações no local, não sendo admitidas alegações de insuficiência de dados fornecidos previamente.
- c) Deverá ser realizada a verificação de inconformidades, riscos e demais elementos relevantes para a adequada funcionalidade e segurança da edificação, observando as exigências do CBMDF e a legislação vigente.
- d) O projeto deverá conter elementos gráficos e descritivos (plantas técnicas, memoriais descritivo e de cálculo), conforme as especificações constantes na NT 12 do CBMDF.
- e) O produto deverá ser entregue em formato eletrônico (.PDF, .DWG e .RVT) e físico (3 vias impressas), com todas as assinaturas e registros necessários.

5.3.2. Elaboração do Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP):

- a) O projeto deverá contemplar todas as exigências normativas do CBMDF e da ABNT, incluindo sistemas de detecção e alarme, sprinklers, iluminação de emergência, sinalização, SPDA, hidrantes, rota de fuga, controle de fumaça, entre outros, conforme aplicável a cada edificação.
- b) Todos os projetos deverão considerar as diretrizes da Consulta Prévia aprovada junto ao CBMDF e os sistemas existentes.
- c) A contratada será responsável pelo protocolo, tramitação e aprovação do projeto junto ao CBMDF, devendo apresentar os documentos exigidos, incluindo ARTs/RRTs e o projeto arquitetônico previamente aprovado.
- d) Deverá ser assegurado à fiscalização o acompanhamento processual, mediante disponibilização de link ou sistema externo.
- e) Em caso de exigências do CBMDF ou da fiscalização, a contratada deverá providenciar prontamente as correções necessárias, sem ônus à Administração, até a aprovação final dos projetos.
- f) Caso o processo expire antes da aprovação, a contratada deverá reabri-lo, sem custos adicionais.
- g) Os produtos finais incluirão projetos aprovados, memoriais técnicos e justificativas, cadernos técnicos, planilhas orçamentárias, e cronograma físico-financeiro por edificação.

5.3.3. Caderno de Especificações Técnicas:

- a) A contratada deverá apresentar caderno com descrição detalhada das características construtivas, sistemas existentes, análise de risco, e desempenho em situação de incêndio.
- b) Deverão constar as exigências mínimas das normas técnicas nº 14 e 17 do CBMDF, e demais normativos aplicáveis.
- c) A especificação de produtos poderá conter marcas/modelos como referência, devendo incluir a expressão “ou equivalente”, respeitando os critérios legais de padronização conforme Lei nº 14.133/2021, IN SEGES/ME nº 81/2022 e Portaria SEGES nº 938/2022.
- d) Os insumos e soluções propostas deverão apresentar padrão de qualidade médio a alto, priorizando durabilidade, desempenho e conforto.

5.3.4. Planilhas Orçamentárias e Composições de Custos (BDI):

- a) A contratada deverá elaborar orçamento detalhado com base em fontes oficiais (SINAPI, ORSE) ou, na ausência, fontes privadas (PINI, SBC), conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

- b) Deverá ser utilizado modelo único para todas as edificações, aprovado previamente pela fiscalização.
- c) Quando necessário, será exigida pesquisa de mercado com apresentação de orçamentos.
- d) As planilhas devem ser acompanhadas de ART/RRT, declaração de compatibilidade técnica e memorial de cálculo do BDI, com Curvas ABC de insumos e serviços.

5.3.5. Cronograma Físico-Financeiro Individualizado:

- a) Em virtude das particularidades técnicas de cada edificação, deverá ser apresentado cronograma físico-financeiro individualizado, permitindo melhor acompanhamento e controle contratual.
- b) O cronograma deverá refletir fielmente as etapas e prazos de execução, garantindo entregas intermediárias e previsibilidade no desembolso financeiro.

5.4. Após a aprovação dos projetos pelos órgãos competentes, eventuais alterações só poderão ocorrer mediante justificativa técnica, sem ônus para a Administração.

5.5. A contratada será responsável pelo fornecimento de esclarecimentos técnicos à Administração ou empresas executoras, sempre que solicitado.

5.6. O prazo total de execução será conforme estabelecido no cronograma aprovado.

Da elaboração dos documentos técnicos

5.7. A contratada deverá elaborar, mensalmente, Relatórios de Atividades, em meio digital, contendo a descrição das ações desenvolvidas no período, de forma a subsidiar o acompanhamento técnico e administrativo pela fiscalização.

5.7.1. O relatório mensal deverá contemplar, no mínimo:

- a) Quadro-resumo (contendo dados contratuais: número do contrato, nome da contratada, local de execução, vigência etc.);
- b) Atividades executadas e a executar;
- c) Relatório fotográfico das ações realizadas;
- d) Cronograma físico-financeiro atualizado, com justificativas para eventuais desvios (atrasos ou adiantamentos);
- e) Análise do cumprimento dos prazos contratuais;
- f) Registro de ocorrências relevantes (ex.: intempéries, restrições de acesso, paralisações) e respectivas soluções adotadas.

5.7.2. O Relatório deverá ser estruturado da seguinte forma:

- a) Capa e contracapa, contendo as logomarcas atualizadas do Ministério dos Transportes e da contratada, bem como os dados resumidos do relatório;
- b) Índice, lista de abreviaturas e siglas, referências bibliográficas e anexos;
- c) Apresentação, com objetivo, número sequencial, mês/ano e identificação do contrato;
- d) Panorama e caracterização dos serviços, com breve descrição do objeto, marco legal e prazos;
- e) Detalhamento das atividades executadas no período, controle físico-financeiro e andamento das entregas;
- f) Conclusões, destacando os principais resultados, recomendações para o período seguinte e medidas a serem adotadas pela Administração;
- g) Anexos complementares, como plantas, cronogramas, fotos e planilhas de controle.

Local e horário da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

- a) Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R";
- b) Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

5.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h às 17h.

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá se responsabilizar por quaisquer composições /insumos necessários na execução dos serviços, sem qualquer ônus para a Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.11.1. O serviço será executado por equipe não residente, disponibilizada pela Contratada, devendo obrigatoriamente contar com profissionais devidamente capacitados, uniformizados e com identificação (crachá).

5.11.2. Caso necessário, a Contratada, quando solicitada, deverá apresentar relatório com detalhamento, proporcionando melhor percepção na execução dos serviços.

5.11.3. A Contratada deverá disponibilizar atendimento via telefone e e-mail ou outros meios digitais, em dias úteis durante o horário comercial, de modo a possibilitar a abertura de Ordem de Serviços.

5.11.4. A prestação dos serviços poderá ser realizada fora do horário comercial, em sábados, domingos e/ou feriados, de acordo com a necessidade, urgência ou caráter emergencial, com a autorização prévia da Contratante.

5.11.5. Caso ocorra algum dano em qualquer momento da execução do contrato, a reparação será de responsabilidade da Contratada.

5.11.6. A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas. Diante disso, consequentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada. Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passara por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias.

5.11.7. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços especial de engenharia, de caráter não continuado, nos termos da (Lei nº14.133, de 2021, art. 6, inciso XXI, a), a ser contratado mediante licitação, na modalidade concorrência, em sua forma eletrônica, cujo objetivo é a Elaboração de Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, acompanhadas de planilhas orçamentárias, caderno de encargos e especificações técnicas de serviços, nas dependências das edificações administradas pelo Ministério dos Transportes, Edifícios Sede e Anexo do Bloco "R", Esplanada dos Ministérios, e SGON 1e 2 localizados em Brasília-DF.

Especificação da garantia do serviço

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 12 (**doze**) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.13.1. Será emitido pela Contratada um relatório final de entrega dos itens contratados:

5.13.1.1. Entrega de Projetos devidamente registrados e homologados pelo responsável técnico, seguidos das ARTs de projeto;

5.13.1.2. Produtos esperados: Projeto "As Built" de Arquitetura, Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) devidamente aprovados pelo CBMDF e demais documentos técnicos como: Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços e Caderno Técnico contendo as justificativas para adoção das soluções propostas.

5.13.1.3. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.XLS, .DWG ou .DOC) e em forma física em 1 (uma) via impressa em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias.

5.13.1.4. Entrega de Orçamento com base na IN nº 65/2021 e/ou IN nº 91/2022, devidamente registrado e homologado pelo responsável técnico, seguidos das ARTs.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período da execução do contrato*.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e Cronograma Físico-financeiro, conforme previsto em anexo deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Cronograma Físico Financeiro (CFF): Documento emitido pela Contratante, ratificado pela Contratada, logo após assinatura do contrato e aprovado pela equipe de fiscalização, que apresenta informações das atividades gerenciais por meio de valores e prazos de execução (subdividido de 30 em 30 dias) dos itens contratados;

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **30 (trinta)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, e se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da

prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **01/09/2025**.

7.38.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais do Informativo SBC, de setembro de **2025**, haja vista que o escopo da contratação está contemplada neste sistema.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **05 (cinco)** dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **1,5% (um vírgula cinco por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **2,0% (dois por cento)** a **3,0% (três por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **2,0% (dois por cento)** a **3,0% (três por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2,0% (dois por cento)** a **3,0% (três por cento)** do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **1,5% (um vírgula cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8.2.4.7.1. *Descumprimento dos itens constantes no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, Apêndice deste TR ou documento auxiliar, desde que não haja reincidência;*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por MELHOR TÉCNICA E PREÇO, em conformidade com o inciso I do art. 36 e § 2º do art. 37 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. O modo de disputa será FECHADO, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 14.133 e o art. 20 da Instrução normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

9.3. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

Da Formação da pontuação para Técnica e Preço (NPF)

9.4. Com o objetivo de avaliar a capacidade técnica da licitante para a execução dos serviços objeto do Termo de Referência, a Proposta Técnica deverá ser formulada, obedecendo às seguintes exigências:

- a) Capa - Deverão ser fornecidas informações relativas ao objeto do serviço, número do edital, nome da empresa;
- b) Identificação - Deverão ser fornecidas informações relativas ao objeto do serviço, número do edital, nome da empresa, data da proposta, em carta enviada pelo Representante Legal;

- c) Índice - Deverá conter, no mínimo, a paginação do início de cada capítulo;
- d) Fonte: Arial ou Times New Roman, normal, tamanho 12;
- e) Tamanho do papel: A4.

9.5. Em atendimento aos disposto no §2º dos Artigo 36, será adotada a seguinte ponderação para o critério técnica e preço (conforme inciso II, do §2º do art. 37, Lei 14.133/2021):

- a) Nota referente a Proposta de Preço (NP): 30%;
- b) Nota referente a Técnica (NQT): 70%;

$$NPF = (30 \cdot NP + 70 \cdot NQT) / 100 \quad (1)$$

Da Proposta de preços

9.6. O licitante deverá formular sua proposta de acordo com o modelo apresentado nas tabelas 01 e 02 abaixo:

Tabela 01 - Valor de referência para contratação

	Item	Descrição	CATSER	Quantitativo		Valor Total Estimado
				Unid.	Quantidade	Por item
Grupo único	1	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	20060	m²	61.488	R\$ 691.272,69
	2	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	20060	m²	61.488	R\$ 901.660,03
Preços com BDI incluso, ou seja, na apresentação da proposta devem ser considerados que todos os custos com impostos, gastos com despesas diretas e indiretas, inclusive deslocamento e estadia, bem como o lucro já deverão estar contemplados no valor a ser apresentado na proposta.						
TOTAL GLOBAL ESTIMADO (MÁXIMO) (R\$) 1.592.932,72						

9.6.1. A proposta deverá ter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura.

9.7. Nos valores constantes da proposta encaminhada, deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Da Nota referente a Proposta de Preços (NP)

9.8. Os procedimentos de ponderação e de valoração das propostas de preço apresentadas pela licitantes serão obtidos por meio do seguinte parâmetro matemático (conforme inciso III do art. 37, Lei 14.133/2021):

$$NP = 100 \times (X_1 / X_2) \quad (2)$$

Onde:

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

Da proposta técnica e os quesitos para ponderação (β_i) e valoração

9.9. O inciso II do art. 13 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 07/02/2023, determina que os procedimentos para a ponderação e a valoração da proposta de técnica devem ser obtidos por meio da atribuição de:

- a) notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata os §§ 3º e 4º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021, e em registro cadastral unificado disponível no PNCP, conforme definido em regulamento;
- b) pontuação da capacitação técnico-profissional, se for o caso, vinculada à participação direta e pessoal do(s) profissional(is) indicado(s) na proposta, admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, nos termos do disposto no § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c) verificação da capacitação e da experiência do licitante;
- d) notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada, na forma do art. 10, compreendendo:
 - 1. a demonstração de conhecimento do objeto;
 - 2. a metodologia e o programa de trabalho;
 - 3. a qualificação das equipes técnicas; e
 - 4. a relação dos produtos que serão entregues;

9.10. Assim, considerando a ausência de regulamentação do dispositivo no PNCP e a condicionante emanada pela legislação, os requisitos elencados nos Artigos 13 e 27 da IN SEGE nº 02/2023 e Artigo 37 da Lei nº 14.133/2021 foram agrupados e ponderados conforme pesos definidos para cada item, conforme Tabela 03 abaixo:

Tabela 02 - Fatores de ponderação dos critérios de valoração técnica da proposta (β_i)

Critério	Descrição	Peso (β_i) (%)
1	Desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios.	-
2	Pontuação da capacitação técnico-profissional vinculada à participação direta e pessoal do(s) profissional(is) indicado(s) na proposta (QTP)	40
3	Verificação da capacitação e da experiência do licitante (CEL)	40
4	Notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada (NQ)	20

Da nota referente à capacitação técnico-profissional do licitante(QTP)

9.11. Para a avaliação da capacidade dos profissionais, são separados em dois grupos de funções:

- a) Coordenador: Profissional de nível superior com formação em Arquitetura ou Engenharia, cujas atribuições estão elencadas no item 5.9.1 deste documento;
- b) Especialista: Profissional de nível superior com formação em Arquitetura ou Engenharia, cujas atribuições estão elencadas no item 5.9.2 deste documento.

- 9.12. O profissional indicado para o item anterior deverá estar no quadro técnico da empresa ou no seu quadro de sócios.
- 9.13. A verificação da capacitação e da experiência do licitante se dará conforme os critérios presentes na Tabela 04 abaixo:

Tabela 03 - Critérios para pontuação: capacitação técnico-profissional do licitante (QTP)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL DO LICITANTE - QTP			
Parâmetro	Nº e CAT's		Total máximo
	Parâmetro	Pontos	
Elaboração de Projetos Arquitetônicos constante em nome do profissional indicado pelo licitante.	M a i s d e vinte registros (>20)	50	
	Entre quinze e vinte (15-20)	40	
	Entre nove e quatorze (9-14)	30	
	Entre três e oito (3-8)	20	
	Entre um e dois (1-2)	10	
	Nenhum	0	
Elaboração de projetos de Combate a incêndio em nome do profissional indicado pelo licitante	Mais de vinte registros (>20)	50	50
	Entre quinze e vinte (15-20)	40	
	Entre nove e quatorze (9-14)	30	
	Entre três e oito (3-8)	20	
	Entre um e dois (1-2)	10	
	Nenhum	0	
Total			100

9.13.1. Só serão aceitas certidões devidamente registradas no conselho competente, a saber, CREA, CAU ou CFT /CRT.

- 9.14. Não serão pontuadas certidões de Projetos diversos ao objeto da presente contratação.
- 9.15. Deverão ser observadas na apresentação das certidões e/ou atestados apresentados deverão conter, sempre que aplicável, as seguintes informações básicas:
- a) Nome do contratado e do contratante;
 - b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
 - c) Nome do profissional;
 - d) Localização do serviço (local de execução do estudo ou projeto);
 - e) Serviços executados.
- 9.16. O atestado ou certidão ou declaração que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.
- 9.17. As pontuações atribuídas a cada tipo de serviço pelo quadro acima levam em consideração a complexidade de cada um deles e a sua importância ao objeto da licitação.
- 9.18. Caso um único atestado ou certidão compreenda mais de um tipo de serviço dentre os relacionados, a pontuação referente a cada tipo de serviço deverá ser somada.
- 9.19. A pontuação máxima a ser considerada, por profissional, consta no quadro acima.

Da nota referente a capacitação e a experiência do licitante (CEL)

9.20. A verificação da capacitação e da experiência do licitante se dará pela análise de certidões apresentadas pela Licitante, as quais atestem a execução de serviços similares, com base nos critérios definidos na Tabela 04 abaixo:

Tabela 04 - Critérios para verificação da capacitação e da experiência do licitante

CAPACITAÇÃO E EXPERIÊNCIA DO LICITANTE - CEL					
Item	Descrição	Parâmetro	Pontuação		
			Pontos por Atestado (a)	Quantidade Máxima de atestados (b)	Pontuação Total máxima (a x b)
1	Elaboração de Projetos As Built	Imóveis com área total construída maior ou igual à 18.000 m²	5	10	50
		Imóveis com área total construída entre 6.000 m² e 18.000 m²	3		
		Imóveis com área total construída menor que 6.000 m² ou com área não informada	1		

		Nenhum	0		
2	Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Controle de Pânico	Imóveis com área total construída maior ou igual à 18.000 m²	5	10	50
		Imóveis com área total construída entre 6.000 m² e 18.000 m²	3		
		Imóveis com área total construída menor que 6.000 m² ou com área não informada	1		
		Nenhum	0		
Total					100

9.21. Só serão aceitas certidões devidamente registradas no conselho competente, a saber, CREA, CAU ou CFT/CRT

9.22. Quando a certidão ou atestado não for emitido pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação:

- a) Declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante ou o responsável técnico indicado, tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- b) Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual foi emitido o atestado;
- c) Contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA/CAU;
- d) No caso do Responsável Técnico, a comprovação se dará por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado ou certidão;

9.23. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na verificação de sua qualificação técnica:

- a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

9.24. Deverão ser observadas na apresentação das certidões e/ou atestados apresentados e conter, sempre que aplicável, as seguintes informações básicas:

- a) Nome do contratado e do contratante;
- b) Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço);
- c) Nome do profissional;

d) Localização do serviço (local de execução do estudo ou projeto);

e) Serviços executados.

9.25. O atestado ou certidão ou declaração que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

9.26. As pontuações atribuídas a cada tipo de serviço pelo quadro acima levam em consideração a complexidade de cada um deles e a sua importância ao objeto da licitação.

9.27. A pontuação a ser atribuída a cada atestado ou certidão se dará em conformidade com o quadro acima, de acordo com enquadramento das funções exercidas e serviços prestados dentre aqueles relacionados.

9.28. Caso um único atestado ou certidão compreenda mais de um tipo de serviço dentre os relacionados, a pontuação referente a cada tipo de serviço deverá ser somada.

9.29. A pontuação máxima a ser considerada, por profissional, consta no quadro acima.

Dos quesitos relativos à proposta técnica afeta à qualificação da equipe técnica (NQ)

9.30. Seguindo os preceitos dispostos no parágrafo II do Artigo nº 37 da Lei nº 14.133/2021, a estruturação da proposta técnica pelo licitante deverá compor os seguintes grupos:

I - Qualificação das equipes técnicas;

II - Metodologia e o programa de trabalho, a qual se subdivide: a) Metodologia e Programa de Trabalho - Organização e Gestão; b) Metodologia e Programa de Trabalho - Parâmetros de inovação tecnológica e de certificação.

III - Demonstração de conhecimento do objeto; e

IV - Relação dos produtos que serão entregues.

9.31. Na apresentação da proposta técnica, caso haja marcação de escolhas solicitadas duplas ou múltiplas ou ainda, nenhuma marcação realizada, serão desconsiderados para fins de pontuação e julgamento quaisquer pontuações ao quesito em avaliação, não sendo considerado o quesito na proposta técnica da licitante.

9.32. As notas e quesitos de natureza qualitativa por banca designada se dará por avaliação de documento específico que deverá ser entregue pela Licitante, contendo sessões ou capítulos discorrendo sobre ações desenvolvidas pela empresa sobre os temas abaixo apresentados, caso existam:

a) Planos de capacitação dos funcionários desenvolvidos pela empresa, número de funcionários que possuem cursos de Pós graduação ou Cursos de especialização e em quais áreas de atuação;

b) Principais trabalhos desenvolvidos pela empresa, o tempo de experiência, certificações recebidas, dentre outras informações que comprovem o conhecimento do objeto e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela mesma;

c) Metodologia a ser utilizada para realização dos trabalhos de elaboração de estudos e projetos, objeto desta contratação;

d) Planejamento interno da empresa para qualificação contínua de seu quadro de profissionais;

e) Descrição dos produtos a serem entregues pela empresa: qualidade dos materiais a serem utilizados como tipo do papel, tipo e a qualidade da impressão, se as peças serão entregues encadernadas ou não e qual tipo será empregado, etc. Ou seja, deverá ser apresentado neste documento uma descrição dos produtos a serem entregues e o que os distinguem dos demais encontrados no mercado, podendo apresentar certificações ou outros documentos que comprovem esta distinção.

9.33. Com base neste documento, a banca designada fará a análise da documentação e avaliação desta, com base nos critérios definidos na Tabela 05 abaixo:

Tabela 05 - Critérios para verificação dos quesitos de natureza qualitativa por banca designada

--	--	--	--

Critério a ser avaliado	Parâmetro	Quant. de Atestados Técnicos	Pontuação
Demonstração de conhecimento do objeto	Possui no seu quadro de pessoal profissionais com cursos de Pós graduação ou Cursos de especialização nas áreas dos projetos requeridos?	Sim	5
		Não	0
	A licitante já desenvolveu outros trabalhos semelhantes?	Sim	5
		Não	0
	Na documentação apresentada, ficou demonstrado o conhecimento sobre o objeto pela Licitante?	Sim	15
		Não	0
Metodologia e o programa de trabalho	A empresa dispõe de softwares que geram projetos com metodologia BIM?	Sim	10
		Não	0
	Possui estratégias para garantir integração técnica e cumprimento das normas ABNT e normativos estabelecidos pelo Corpo de Bombeiros?	Sim	10
		Não	0
	Foi detalhada qual a metodologia e o programa de trabalho a ser aplicado pela Licitante na presente contratação? (Cronograma com marcos claros e documentação necessária - Formulários, ART's, Anexos técnicos etc)	Sim	10
		Não	0
Qualificação das equipes técnicas	A Licitante possui plano de capacitação dos funcionários?	Sim	5
		Não	0
	Possui no seu quadro de pessoal, profissionais com cursos de Pós graduação ou Cursos de especialização em áreas afins a aquelas requeridas nesta Contratação?	Sim	5
		Não	0
	Foi apresentado pela Licitante o planejamento interno da empresa referente ao processo de qualificação contínua de seu quadro de profissionais ou programas de qualificação e capacitação?	Sim	5
		Não	0

Relação dos produtos que serão entregues	A Licitante já apresentou projetos com renderização de ambientes internos ou externos?	Sim	5
		Não	0
	A Licitante possui certificações ou outros documentos que atestem sobre a qualidade dos seus produtos?	Sim	5
		Não	0
	A Licitante descreveu sobre os produtos a serem desenvolvidos pela mesma, a qualidade dos materiais a serem empregados na execução do objeto? (qualidade das folhas a serem utilizadas, qualidade da impressão, tipo de encadernamento etc)	Sim	10
		Não	0
TOTAL			100

9.34. As pontuações atribuídas a cada tipo de serviço pelo quadro acima levam em consideração a complexidade de cada um deles e a sua importância ao objeto da licitação.

9.35. Caso um único atestado ou certidão compreenda mais de um tipo de serviço dentre os relacionados, a pontuação referente a cada tipo de serviço deverá ser somada.

Da Nota das empresas referente aos quesitos técnicos (NQT)

9.36. Assim, para formação do preço teremos que a nota das empresas no que tange aos quesitos técnicos (NQT) será obtida por meio da seguinte expressão:

$$NQT = \frac{\beta_2 * QTP + \beta_3 * CEL + \beta_4 * NQ}{\beta_2 + \beta_3 + \beta_4}$$

onde:

β_i - Critérios para ponderação e valoração técnica da proposta (pesos);

QTP - Pontuação referente a qualificação técnico-profissional da licitante;

CEL - Pontuação referente a capacitação e a experiência do licitante;

NQ - Pontuação referente aos quesitos de natureza qualitativa por banca designada;

NQT - Nota referente aos quesitos para ponderação e valoração técnica da proposta.

9.37. Aplicando a formulação acima os pesos definidos na Tabela 3 (β_i), teremos que a nota referente aos quesitos para ponderação e valoração técnica da proposta (NQT) será obtida por meio da expressão:

$$NQT = \frac{40 * QTP + 40 * CEL + 20 * NQ}{100} \quad (3)$$

Da Nota final da Licitante (NFL)

9.38. A Nota Final da Licitante (NFL) será obtida por meio das expressões (1), (2) e (3):

$$NFL = (30 * NP + 70 * NQT) / 100 \quad (1)$$

onde:

NP - Nota referente à proposta de preços apresentada pela Licitante (2);

NQT - Nota referente à parte técnica da Licitante (3).

$$NP = 100 \times (X1 / X2) \quad (2)$$

onde:

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

$$NQT = \frac{40 * QTP + 40 * CEL + 20 * NQ}{100} \quad (3)$$

onde:

QTP - Pontuação referente a qualificação técnico-profissional da licitante;

CEL - Pontuação referente a capacitação e a experiência do licitante;

NQ - Pontuação referente aos quesitos de natureza qualitativa por banca designada;

NQT - Nota referente aos quesitos para ponderação e valoração técnica da proposta.

9.39. A Licitante vencedora será aquela com maior Nota Final da Licitante (NFL), conforme o art. 36 da Lei 14.133/2021.

"O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.(Art. 36 da Lei 14.133/2021)"

Critérios de desempate de propostas

9.40. Em caso de empate entre duas ou mais notas finais atribuídas à ponderação entre as propostas de técnica e de preço, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021 e as regras constantes no Edital.

9.40.1. O critério previsto no inciso I do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, será aplicado apenas com relação à proposta de preço, conforme Parágrafo único do art. 24 da IN SEGES-MGI nº 02/2023.

Regime de Execução

9.41. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.42. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.42.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.43. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.43.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.43.2. custos unitários relevantes:

- item 1: Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura R\$ 691.272,69
- item 2: Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) R\$ 901.660,03

Exigências de habilitação

9.44. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.45. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.46. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.47. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.48. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.49. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.50. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.51. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.52. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.53. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.54. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.55. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.56. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.57. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.58. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.59. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.60. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.61. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.62. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.63. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.64. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo, limitado a 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.65. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.66. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.67. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.68. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.69. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.69.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.70. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, CREA e CAU (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade e em nome do licitante ou em nome dos profissionais que responderão como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme art. 3º da disciplina a Resolução CONFEA nº 1137 de 31/03/2023 e/ou Resolução CAU/BR nº 91 de 09/10/2014.

9.70.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.71 O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no conselho competente. Conforme art. 46, da Resolução COFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023, para que uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) constitua prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica, é necessário que o responsável técnico indicado esteja ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico ou tenha sido contratado para execução das obras descritas neste documento.

9.71.1."O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades."(art. 46, RESOLUÇÃO Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023, grifo nosso)

9.72. Caso a licitante seja do ramo de engenharia, com registro no CREA/CAU, e se sagre vencedora do certame, e ela e seus responsável(is) técnico(s) não sejam registrados ou inscritos no CREA e CAU do Distrito Federal, deverá ser providenciado o devido registro ou visto.

Qualificação Técnico-Operacional

9.73. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.73.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.73.1.2. Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, de no mínimo de 12.300 m², correspondendo a aproximadamente 20% do quantitativo total por item.

9.73.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.73.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.73.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.73.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.74. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.75. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.76. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.76.1. Para engenheiro civil, engenheiro mecânico ou arquiteto: profissional de nível superior devidamente registrado no CREA ou CAU, com experiência comprovada na elaboração de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, conforme atestado(s) técnico(s).

9.76.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.77. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.78. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.79. Cada um dos profissionais que irá compor a equipe técnica para elaboração dos serviços da licitante deverá apresentar 01(um) ou mais atestado(s) com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, comprovando experiência anterior de elaboração de projetos, objetos desta contratação.

9.79.1. A CAT deverá ter sido emitida pelo Conselho Profissional competente e deverá estar acompanhada do atestado técnico que a originou. Somente serão aceitos Atestados Técnicos que possuírem a chancela/selo do Conselho profissional comprovando ser o documento que deu origem à respectiva Certidão de Acervo Técnico;

9.79.2. Serão desconsiderados Atestados Técnicos sem a respectiva Certidão de Acervo Técnico, Certidões de Acervo Técnico sem seu respectivo Atestado Técnico, bem como certidões de Acervo Técnico sem registro de atestado;

9.79.3. Serão desconsiderados Atestados Técnicos e Certidões de Acervo Técnico referentes a projetos que não sejam similares ao objeto licitado.

Disposições gerais sobre habilitação

9.80. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.81. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.82. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.83. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.84. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.85. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.85.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.85.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.85.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.85.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.85.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.85.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 9.85.6.1. ata de fundação;
- 9.85.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.85.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.85.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.85.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.85.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.85.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.672.579,36 (Hum milhão seiscentos e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

GRUPO ÚNICO								
ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 22,2%	VALOR TOTAL SEM BDI 22,2%	VALOR TOTAL COM BDI 22,2%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	61.488	R\$ 9,66	R\$ 11,80	R\$ 593.974,08	R\$ 725.836,33
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	61.488	R\$ 12,60	R\$ 15,40	R\$ 774.748,80	R\$ 946.743,03
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.368.722,88	
Valor Total (Com BDI - 22,2%)								R\$ 1.672.579,36

10.2. A base de Cálculo da tabela supracitada acima, bem como a composição do BDI se encontra pormenorizada como apêndice deste Termo de Referência.

10.3. A Lei nº 14.973/2024 estabelece a reoneração gradual da folha de pagamento, que afeta a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) e a base de cálculo do INSS. A transição gradual permitirá que as empresas, que antes estavam isentas ou com alíquotas reduzidas, retornem ao regime de tributação sobre a folha de pagamento. A medida visa equilibrar a carga tributária de forma gradual, evitando impactos financeiros abruptos para as empresas. Diante disso, consequentemente houve mudanças significativas nos percentuais tributários previstos para os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) desta contratação, conforme estabelece a Lei mencionada. Ainda, visto que anualmente (2025-2028) a folha de pagamento passará por esses reajustes, as empresas terão que ajustar-se a novas alíquotas e mudanças de cálculo de suas obrigações previdenciárias.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 390004 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

III) Programa de trabalho: 26.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339039 e

V) Plano interno: [...].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].^[A1]

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

3.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

3.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratado;

3.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

3.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

3.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

3.1.8.5. demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

3.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.

3.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.10.1. A Administração terá o prazo de **60 dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **60 dias**.

3.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

3.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.1.18. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

3.1.18.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.18.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.18.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.18.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e qual seria o documento do GDF?

3.1.18.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

3.1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

4.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 4.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 4.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 4.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 4.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 4.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 4.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 4.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 4.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 4.31. Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 4.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

- 4.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 4.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 4.35. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.36. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.37. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.38. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.40. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 4.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 4.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 4.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 4.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 4.47. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 4.47.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 4.47.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 4.47.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 4.47.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.47.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.47.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.48. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.49. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.50.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.50.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 1990, e legislação correlata.

4.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.55. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

4.55.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4.56. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do

serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

4.57. Todas as taxas relativas aos protocolos de análise do CBMDF serão de obrigação da Contratada.

4.58. Na entrega dos serviços solicitados, a CONTRATADA deverá fornecer os registros fotográficos e filmagens à equipe de fiscalização, em formato acessível e colorido para cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro.

4.59. A obrigação da contratada em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF, não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

4.66. Ao final de cada projeto a empresa contratada deverá encaminhar junto ao projeto TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.

4.60. Após a entrega final do Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, a contratada deverá prestar suporte técnico à Administração, sem ônus adicional, nos seguintes termos:

4.60.1. Esclarecer todas as dúvidas técnicas eventualmente surgidas durante a execução das medidas previstas no projeto, sempre que solicitado pela Administração ou por empresa executora contratada;

4.60.2. Apresentar, quando necessário, sugestões técnicas que visem solucionar eventuais incompatibilidades, omissões ou necessidade de adequações identificadas durante a execução;

4.60.3. Realizar as devidas atualizações no projeto entregue, quando demandadas, de forma a refletir as sugestões aprovadas ou ajustes decorrentes da execução, garantindo conformidade com a legislação vigente e com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;

4.60.4. O prazo para atendimento às solicitações será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da demanda formal da Administração.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em [REDACTED], Seção Judiciária de [REDACTED] para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 19/09/2025 às 12:19:48.

ABILIO DA SILVA GOMES DORO

Integrante Requisitante

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo IV - IMR.pdf (131.96 KB)
- Anexo II - ANEXO A - Termo de Justificativas Tecnicas Relevantes PCIP_R01 (1) (1).pdf (419.32 KB)
- Anexo III - ETP390004_000031_2025 (3).pdf (184.36 KB)
- Anexo IV - CFF - Combate a Incendio R03.pdf (103.22 KB)
- Anexo V - Caderno de Especificacoes Tecnicas e ETP - PPCIP_R03.pdf (432.02 KB)

COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Estudo Técnico Preliminar 31/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50000.021596/2025-16

2. Objeto

2.1. Contratação de prestação de serviços de elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília - DF.

3. Descrição da necessidade

3.1. Trata-se de estudo visando à contratação de serviço especial de engenharia, consistentes na elaboração dos projetos "As Built" de Arquitetura e dos Projetos Executivos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF.

3.2. O Ministério dos Transportes passou a exercer a gestão condominial dos Edifícios Sede e Anexo, localizados no Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios (MT), conforme Termo de Compartilhamento (Processo nº 50000.004218/2021-44), sendo responsável pela prestação de serviços essenciais como limpeza, vigilância, recepção, copa, brigada, reformas e manutenção das instalações, incluindo os sistemas de prevenção e combate a incêndio. As edificações atendem a diversos órgãos, como o Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), o Ministério das Comunicações (MCOM) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Além destes, também são de responsabilidade do MT outros dois imóveis: o almoxarifado e o arquivo, ambos localizados em Brasília/DF.

3.3. Compõem o escopo de gestão do Ministério as seguintes edificações:

- Edifício Sede – Esplanada dos Ministérios, Bloco "R";
- Edifício Anexo – Via N2;
- Setor de Garagens Norte – Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- Setor de Garagens Norte – Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

3.4. Considerando que tais edifícios foram construídos há mais de 50 (cinquenta) anos, verifica-se a recorrente necessidade de intervenções estruturais, reformas e adaptações, que modificam significativamente a planta original. Tais alterações comprometem a confiabilidade da documentação arquitetônica existente e afetam diretamente a conformidade dos sistemas de segurança contra incêndio, exigindo a atualização do PSCIP, nos termos do Decreto nº 21.361/2000, que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal.

3.5. Destaca-se que, conforme relatórios apresentados pela equipe de manutenção predial, todos os sistemas de prevenção e combate a incêndio não atendem as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) nas mencionadas edificações. Em sua maior parte, estes sistemas encontram-se subdimensionados ou inexistentes.

3.6. Adicionalmente, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) tem realizado vistorias técnicas nas edificações e já notificou este Ministério quanto à necessidade de regularização, sobretudo no tocante aos sistemas de segurança contra incêndio. O cumprimento dessas exigências é indispensável para a obtenção ou renovação do Certificado de Conformidade, documento essencial para garantir a segurança dos servidores, usuários e do patrimônio público.

3.7. Essa contratação foi objeto do Processo nº 50000.020301/2024-11, por meio do Pregão Eletrônico nº 90003/2025. No entanto, em cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Acórdão nº 1123/2025 – TCU/Plenário, o certame foi anulado (9805457), uma vez que o objeto licitado se enquadra como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, inciso XVIII, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021. O Tribunal determinou que a contratação seja realizada pela modalidade Concorrência, utilizando-se o critério de julgamento "melhor técnica" ou "técnica e preço", conforme §2º do art. 37 da referida Lei.

3.8. Frente a esse cenário, entende-se como imprescindível a condução de novo processo licitatório na modalidade de Concorrência, com critério de julgamento do tipo "técnica e preço", adotando-se a ponderação de 70% para a técnica e 30% para o preço.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Manutenção	Vitor Augusto Bispo da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

5.1. Os critérios de sustentabilidade para a elaboração de projetos, visam equilibrar o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Devem ser previstos para a contratação em tela os critérios abaixo:

- 5.1.1. Utilizar de forma racional os recursos naturais, como água, energia e materiais de construção;
- 5.1.2. Usar menos recursos naturais nos processos produtivos;
- 5.1.3. Contar com menos materiais perigosos ou tóxicos;
- 5.1.4. Ter maior vida útil;
- 5.1.5. Gerar menos resíduos;
- 5.1.6. Priorizar o uso de materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis;
- 5.1.7. Preferir materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 5.1.8. Considerar o ciclo de vida dos produtos, desde a produção até a disposição;
- 5.1.9. Reduzir o consumo de energia e de água.

5.2. Para a execução das ações previstas neste contrato, foi consultado o **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU-7ª edição, outubro /2024**, disponibilizado em <chromeextension://efaidnbmnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/GUIANACIONALDECONTRATACOESSUSTENTAVEIS2024.pdf>.

5.2.1. Item 11: Cadastro Técnico Federal, páginas 106 à 108, que classifica a contratação de consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais, ou contratação de aquisição, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81):

11. CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

Contratação de consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais, ou contratação de aquisição, instalação ou manutenção de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (art. 17, I, da Lei nº 6.938/81).

*Ex: - **Elaboração de projeto**, fabricação ou comercialização (incluindo locação, importação e exportação e instalação de máquinas e equipamento industriais) de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;*

- Manutenção de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle – calibração;*
- Instalação de máquinas e equipamentos industriais;*
- Consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais;*
- Responsabilidade técnica pelas atividades classificadas como instrumento de defesa ambiental;*
- Gerenciamento de resíduos sólidos e perigosos (na geração, operação, transporte, armazenamento e destinação final).*

(grifo nosso)

5.2.2. Item 24: Obras e serviços de engenharia, páginas 155 a 158, que classifica as obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos:

24. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Obras ou serviços de engenharia que gerem resíduos, definidos como: “são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha” (Resolução CONAMA nº 307/2002, art. 2º, inciso I)

Os resíduos da construção civil subdividem-se em quatro classes (art. 3º da Resolução):

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meios-fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução nº 469/2015);

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação;

IV - Classe D - são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

5.2.3. Item 39: Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, páginas 218 a 221, que classifica substâncias encontradas nos produtos utilizados nos equipamentos e sistemas de combate a incêndio e extintores de incêndio:

39. SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

Aquisição ou serviços que envolvam a utilização de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs, especificadas nos anexos A e B do Protocolo de Montreal (promulgado pelo Decreto nº 99.280/90), notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano.

Tais substâncias são encontradas geralmente nos seguintes produtos:

- Unidades de ar-condicionado automotivo;

- Refrigeradores e congeladores;

- Equipamentos e sistemas de refrigeração;

- Equipamentos e aparelhos de ar-condicionado;

- Instalações frigoríficas;

- Resfriadores de água e máquinas de gela;

- Aerossóis;

- Equipamentos e sistemas de combate a incêndio;

- Extintores de incêndio portáteis;

- Solventes;

- Esterilizantes;

- Espumas rígidas e semirrígidas;

Etc.

(grifo nosso)

5.3. Além das observações contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar todos os critérios de sustentabilidade vigentes.

Natureza do Serviço e modalidade de licitação

5.4. Os serviços a serem contratados se enquadram como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021. Estes serviços são de caráter não continuado, uma vez que serão realizados de forma específica em um período de tempo predeterminado, conforme previsto no artigo 6, incisos XVIII.

5.5. A execução desses serviços exige conhecimento técnico aprofundado e julgamento baseado em critérios técnicos, o que inviabiliza a padronização e a definição objetiva das especificações exclusivamente por critérios de menor preço. Dessa forma, a contratação demanda a utilização da **modalidade concorrência, com critério de julgamento por técnica e preço**, conforme previsto nos artigos 28, inciso II, e 33 da Lei nº 14.133/2021, de modo a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, com base na qualidade técnica do trabalho a ser desenvolvido.

Da classificação dos Serviços Especiais de Engenharia

5.6. A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 6º, as seguintes definições:

5.6.1. Inciso XXI – Serviço de engenharia: é toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração, que, não se enquadrando no conceito de obra (inciso XII), sejam:

- estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto, engenheiro ou técnicos especializados; e
- compreendidas nas seguintes categorias:

b) Serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser enquadrado como serviço comum, conforme definição constante da alínea “a” deste inciso.

5.7. Em consonância com o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia da Advocacia-Geral da União, os serviços analisados neste Estudo Técnico Preliminar podem ser classificados como serviços especiais de engenharia.

5.7.1. Nesse contexto, o referido Instrumento de Padronização estabelece que:

"E, por exclusão, será especial o serviço de engenharia que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não se enquadre como objetivamente padronizável em termos de desempenho e qualidade ou então seja considerado um “serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual”, conforme rol do inciso XVIII do art. 6º da NLLC³."

Justificativa para adoção do critério de julgamento

5.8. Em conformidade com o disposto no **art. 37 da Lei nº 14.133/2021**, justifica-se a adoção do critério de julgamento por **técnica e preço** para a presente licitação, considerando-se a natureza do objeto e a complexidade técnica envolvida, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.9. O objeto desta contratação enquadra-se como **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, conforme disposto nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º da referida Lei, e possui valor estimado superior a **R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**. Nesses casos, nos termos do § 2º do art. 37 da Lei nº 14.133/2021, o julgamento deve ser obrigatoriamente realizado por:

- **I – Melhor técnica;** ou
- **II – Técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.**

5.10. Optou-se, neste caso, pelo julgamento por **técnica e preço**, a fim de conjugar critérios de excelência técnica com razoabilidade econômica, adotando-se a ponderação de **70% para a proposta técnica e 30% para a proposta de preços**, conforme autorizado legalmente.

5.11. Essa escolha se justifica pela necessidade de garantir que a contratação contemple não apenas o menor custo, mas também a **qualificação técnica, metodológica e a experiência comprovada do licitante**, essenciais para o êxito da execução contratual, diante da complexidade e especificidade do objeto.

5.12. O julgamento observará os critérios estabelecidos no caput do art. 37 da Lei nº 14.133/2021, sendo estruturado nos seguintes parâmetros:

- **I – Verificação da capacitação e experiência do licitante**, mediante apresentação de atestados técnicos que comprovem a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto;
- **II – Atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa**, avaliados por banca designada para esse fim, com base em critérios objetivos definidos no edital, tais como conhecimento do objeto, qualidade da metodologia proposta, programa de trabalho, qualificação das equipes técnicas e consistência dos produtos a serem entregues;
- **III – Consideração do desempenho do licitante em contratações anteriores**, conforme previsto no § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021 e com base em informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.13. Assim, a escolha do critério **técnica e preço (70/30)** está fundamentada na legislação vigente e na busca por maior efetividade na entrega dos resultados, promovendo a adequada relação entre qualidade e economicidade, nos termos do interesse público.

Justificativa dos Critérios de Pontuação e Julgamento das Propostas Técnicas

5.14. Os critérios de pontuação foram estruturados de forma **objetiva e transparente**, em conformidade com o art. 37 da Lei nº 14.133/2021, de modo a valorizar a **qualidade técnica** das propostas apresentadas e diferenciar os licitantes com maior domínio técnico e experiência no objeto contratado.

5.15. A pontuação será distribuída entre os seguintes quesitos:

- **Metodologia e programa de trabalho** (clareza, coerência e adequação da abordagem técnica);
- **Qualificação da equipe técnica** (formação, experiência profissional e compatibilidade com as demandas do objeto);
- **Demonstração de conhecimento do objeto e dos resultados esperados;**
- **Qualidade e detalhamento dos produtos a serem entregues;**
- **Experiência anterior em serviços similares**, devidamente comprovada.

5.16. A ponderação entre técnica e preço adotará a proporção de **70% para a proposta técnica e 30% para a proposta de preços**, conforme previsto no § 2º do art. 37 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual** com valor estimado superior a R\$ 300.000,00.

5.17. Essa estrutura busca garantir que a escolha do contratado leve em consideração não apenas o menor preço, mas, sobretudo, a **capacidade técnica de gerar entregas eficazes e alinhadas ao interesse público**.

Modo de disputa

5.18. O modo de disputa será FECHADO, conforme § 2º do art. 56 da Lei nº 14.133 e o art. 20 da Instrução normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

5.19. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

Regime de Execução

5.20. O regime de execução será o da empreitada pelo preço global conforme justificativa abaixo:

5.20.1. Previsibilidade orçamentária: permite uma maior previsibilidade dos custos para a Administração. O valor do contrato é fixo e estabelecido previamente, evitando surpresas com gastos adicionais durante a execução dos serviços, o que facilita o planejamento financeiro e contribui para o controle dos gastos públicos.

5.20.2. Simplificação da fiscalização: facilita a fiscalização dos serviços contratados. Como o valor é definido de forma global, simplifica o acompanhamento individualmente de cada etapa ou item do serviço prestado. Isso simplifica o trabalho da equipe responsável pela fiscalização, tornando o processo mais eficiente.

5.20.3. Melhor controle de qualidade: é possível estabelecer critérios claros de qualidade e desempenho dos serviços. A empresa Contratada tem a responsabilidade de entregar o serviço completo e de acordo com os requisitos estabelecidos, o que incentiva um maior controle de qualidade por parte do contratado.

5.21. Portanto, a escolha do regime de empreitada por preço global para a execução da contratação dos serviços fundamenta-se na previsibilidade orçamentária, simplificação da fiscalização, aprimoramento do controle de qualidade, estímulo à competitividade e simplificação do processo licitatório.

Participação de Consórcio

5.22. No caso da presente contratação, será vedada a participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, justificada pela baixa complexidade dos serviços pretendidos e pela existência de empresas no mercado nacional, individualmente, com qualificação técnica e econômico-financeira suficientes para a execução de serviços dessa natureza.

5.23. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos da habilitação do edital.

5.24. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de Contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme determina o artigo 15º da Lei nº 14.133/21, conclui-se, pelos motivos expostos, que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios de competitividade, economicidade e moralidade.

Participação de Cooperativas

5.25. Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05 /2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

Participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

5.26. Para a contratação em tela, será permitida a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado as referidas, nos termos dos artigos 46 ao 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pela contratada, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

Subcontratação

5.27. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

OSCIP

5.28. Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público -OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

Decretos Presidenciais - Margem de Preferência

5.29. Após análise da legislação vigente e consulta ao respectivo sítio eletrônico, verificou-se a publicação do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.

5.30. E a Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 7, de 23 de dezembro de 2024, que altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, que especifica os produtos manufaturados nacionais que serão objeto de margens de preferência normal e adicional nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.

5.31. Entretanto, no momento da verificação, constatou-se que não há margem de preferência definida para a contratação em questão, conforme estipulado nas diretrizes atuais.

Consulta aos Cadernos de Logística

5.32. Destacamos que o presente objeto licitatório não possui caderno de logística específico, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/compras/pt-br/centrais-de-conteudo/cadernos-de-logistica>).

Consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras

5.33. O objeto licitatório não possui Catálogo Eletrônico de padronização de compras, conforme portal de compras (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>). Cumpre-se informar que os itens padronizados que constam no Catálogo são para água mineral natural sem gás, café e açúcar.

Governo Digital

5.34. A equipe de planejamento esta alinhada em atender a todas as recomendações expedidas pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, em especial no que tange aos direcionamentos levantados nas orientações e procedimentos referentes a segurança e privacidade na administração de dados, como também a divulgação descentralizada das contratações públicas, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) garantido a transparências nos editais, Atas de registro de preço e contratos, buscando tornar as aquisições públicas mais eficientes e acessíveis.

Da Transição Contratual

5.35. Não haverá transição Contratual pois não se aplica na pretensa contratação, cujo objeto é por escopo.

5.36. A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, conforme art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Padrões mínimos de qualidade

- 5.37. Os serviços deverão seguir os requisitos mínimos de qualidade que estão descritos nas normas, projetos de normas, especificações e métodos de ensaios padronizados, aprovados e/ou recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 5.38. A empresa deverá:
- 5.38.1. Apresentar todos os desenhos, memoriais e planilhas impressos e em arquivos eletrônicos, contendo todas as informações da solução apresentada;
- 5.38.2. A empresa será responsável por dirimir dúvidas após a vigência do contrato, sendo a mesma responsável pela qualidade do Projeto e a aprovação das documentações junto aos órgãos de controle;
- 5.38.3. Deverá ter corpo técnico com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

Qualificação Técnica

- 5.39. Considerando que os serviços objeto desta contratação devem observar as normas regulamentadoras aplicáveis, tais como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e as Normas do Corpo de Bombeiros Militar de Brasília, bem como as demais novas vigentes, justifica-se a exigência de qualificação técnica específica das licitantes.
- 5.40. Os serviços demandam conhecimento técnico especializado, domínio da legislação aplicável, notadamente as normas de segurança contra incêndio e pânico de cada unidade federativa, bem como capacitação para a representação precisa das condições construtivas das edificações. Erros ou falhas na elaboração desses projetos podem comprometer a aprovação junto aos órgãos de controle, ocasionar riscos à segurança dos usuários e prejuízos financeiros e administrativos à Administração Pública.

Qualificação Econômica-Financeira

- 5.41. A exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que a empresa licitante detenha condições mínimas de manter sua saúde financeira ao longo da execução do contrato, evitando a paralisação dos serviços ou o inadimplemento contratual, o que poderia comprometer a segurança das edificações e o cumprimento de exigências legais junto aos órgãos de fiscalização, como o Corpo de Bombeiros Militar.
- 5.42. Trata-se de uma contratação que envolve serviços técnicos especializados e de alta responsabilidade, inclusive por tratarem diretamente da segurança estrutural e da vida dos ocupantes das edificações. Assim, falhas na prestação dos serviços podem acarretar **riscos legais, operacionais e reputacionais** para a Administração Pública, além de potenciais prejuízos financeiros.

Projeto Básico

- 5.43. As especificações técnicas contempladas neste estudo, bem como no Termo de Referência, serão suficientes em termos técnicos e operacionais para a execução e dimensionamento da contratação, não sendo necessário a elaboração do Projeto Básico.

Curva ABC

- 5.44. Visto que a contratação será de apenas dois itens, não se faz necessário a elaboração da curva ABC.

6. Levantamento de Mercado

- 6.1. Durante a fase de levantamento de mercado, foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos com o objetivo de prospectar e avaliar possíveis alternativas de solução, conforme demonstrado a seguir:

LEVANTAMENTO DE MERCADO			
Local	Órgão	Unidade Compradora	Modalidade da Contratação
Palmas/TO	Universidade Federal do Tocantins	154419 - Ministério da Educação	Concorrência nº 90003/24
Rio de Janeiro/RJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	925153 - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Concorrência nº 7/2024
Paraná	Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento	985495 - Paraná	Concorrência 03/2025
Bahia	Superintendência Regional do DNIT	393027 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes -	Concorrência nº 90411/2024

6.2. Adicionalmente, com vistas a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a análise foi conduzida com foco na identificação de metodologias, soluções técnicas e inovações adotadas.

6.3. As práticas relevantes observadas subsidiaram a definição dos parâmetros técnicos exigidos neste processo licitatório. Destaca-se que o objeto requer o emprego de metodologias específicas, soluções técnicas personalizadas e pleno atendimento à legislação e às normas técnicas aplicáveis, o que justifica a adoção da modalidade Concorrência, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento por "Técnica e Preço".

6.4. Trata-se de serviço técnico especializado de engenharia, de natureza predominantemente intelectual, que exige a atuação de profissionais com comprovada expertise nas áreas de Arquitetura e Engenharia de Prevenção e Combate a Incêndio. A elaboração do Projeto "As Built" de Arquitetura e do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) demanda a integração de conhecimentos multidisciplinares, análise crítica especializada e domínio de normativos técnicos específicos, o que inviabiliza a padronização simples da solução.

6.5. Especificamente no que tange à elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), esta deve seguir rigorosos padrões e normativas, visando à garantia da proteção de pessoas e do patrimônio. O mercado oferece diversas soluções que contribuem para a eficácia e a celeridade desse processo:

6.5.1. **Engenharia de Projetos:** Envolve o desenvolvimento de soluções técnicas para projetos, com foco no planejamento, design e implementação de infraestrutura ou sistemas, desde a concepção até a entrega.

6.5.2. **Consultoria Especializadas:** Diversas empresas oferecem serviços de consultoria especializada na elaboração de PSCIPs. Esses profissionais são capacitados para avaliar as características específicas de cada edificação, identificando os riscos e propondo medidas adequadas. As consultorias também ajudam na conformidade com legislações locais e normas técnicas.

6.5.3. **Software de Modelagem e Simulação:** Com o avanço da tecnologia, softwares de modelagem e simulação têm se tornado ferramentas indispensáveis. Eles permitem a criação de modelos tridimensionais das edificações, possibilitando simulações de evacuação e análise de cenários de incêndio. Essa abordagem ajuda a identificar pontos críticos e a desenvolver estratégias eficientes de mitigação de riscos.

6.5.4. **Equipamentos de Segurança:** A escolha adequada de equipamentos de segurança é crucial para um PSCIP eficaz. Sistemas de detecção e alarme de incêndio, extintores, sprinklers e saídas de emergência devem ser dimensionados e posicionados de forma estratégica. O mercado oferece uma vasta gama de produtos que atendem a diferentes necessidades, garantindo que as edificações estejam preparadas para situações de emergência.

6.5.5. **Treinamento e Capacitação:** Além do projeto em si, a capacitação das equipes envolvidas é essencial. Existem soluções de treinamento que visam preparar os funcionários para atuar em situações de emergência, abordando desde a utilização de equipamentos de combate a incêndio até a execução de evacuação de forma segura e eficiente.

6.5.6. **Normas e Regulamentações:** Manter-se atualizado sobre as normas e regulamentações é fundamental para a elaboração de um PSCIP. O mercado oferece cursos e workshops que capacitam profissionais sobre as mais recentes atualizações em legislações e melhores práticas, garantindo que os projetos estejam sempre em conformidade.

6.6. Para esta contratação, visando a atualização e modernização dos sistemas conforme as normas vigentes, é fundamental que seja aplicado os moldes de Consultoria Especializada com entrega de produtos como: projetos e detalhes técnicos.

6.7. Além das soluções elencadas anteriormente, o mercado também oferece uma variedade de elementos que compõem os sistemas de proteção e combate à incêndio para elaboração do projeto:

6.7.1. **Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):**

- a) com fio;
- b) sem fio;
- c) por aspiração de amostra de ar para área técnica.

6.7.2. **Chuveiros automáticos (Sprinklers):**

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura do ambiente;
- b) Sistema Ativo: possui Válvula de Governo e Alarme (VGA) interligada ao Sistema de Detecção e Alarme que só libera a água para combate de fogo em caso de dupla confirmação pelo SDAI.
 - b.1) Tubo Seco: a água fica retida na VGA até confirmação do fogo. A tubulação após a VGA é preenchida com nitrogênio (N) ao invés de água;
 - b.2) Tubo Molhado: toda tubulação está preenchida com água e não há latência no início do combate ao fogo.

c) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

6.7.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;
- b) Sistema por bateria: sistema de baterias central que alimenta as luminárias de emergência para a edificação;
- c) Sistema por gerador de emergência: sistema alternativo de fornecimento de energia elétrica para as luminárias de emergência.

6.7.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

6.7.5. **Materiais de Construção Incombustíveis:** são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

6.7.6. **Sistema de Ventilação Controlada:** sistema automático de fechamento dos dampers do sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar Condicionado Central com SDAI .

6.7.7. **Tecnologia de IoT (Internet das Coisas):** Sensores e dispositivos conectados que monitoram condições em tempo real e podem alertar equipes de emergência.

6.7.8. **Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA):** sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplas baixadas que se interligam com a rede de terra;
- b) Sistema Ativo: Sistema de Ionização, ou seja, sistema que atrai as descargas atmosféricas ativamente através da ionização do ar nas proximidades do edifício e que se interligam com a rede de terra.

6.7.9. Extintores de incêndio:

- a) Portáteis;
- b) Sobre rodas.

6.7.10. **Sistema de combate à incêndio por gás inerte:** dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido.

6.7.11. **Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio:** consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

6.7.12. **Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência:** consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

6.7.13. **Sistema de proteção por hidrante de parede:** sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate à incêndio na edificação.

- a) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução escolhida é a contratação de empresa de consultoria especializada, devendo a sua execução seguir os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Especificações Técnicas.

7.2. A contratação será dividida em:

7.2.1. Item 1: Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

7.2.1.1. O projeto deverá ser realizado com base na situação atual das edificações, aproveitando os elementos existentes, sempre que possível, sendo de responsabilidade da Contratada a atualização das plantas baixas, cortes, fachadas e detalhes, com layouts existentes e com os Sistemas de Segurança Contra Incêndio e Pânico conforme instalados.

7.2.1.2. A responsabilidade pela visita e conferência de todas as dimensões e características dos edifícios é da Contratada, não cabendo questionamentos quanto à falta de informações nas plantas de arquitetura porventura fornecidas pelo Ministério dos Transportes.

7.2.1.3. A Contratada deverá realizar quantas visitas forem necessárias para reunir todas as informações solicitadas e proceder à criteriosa vistoria em todo o prédio, comparando as informações dos projetos fornecidos com as condições reais "in loco".

7.2.1.4. A Contratada deverá levantar as inconformidades, os riscos e demais elementos da arquitetura que se fizerem necessários à consecução da melhor solução técnica e econômica para adequar a arquitetura da edificação às condições plenas de funcionamento e segurança, bem como cumprir as exigências apontadas pelo CBMDF, incluindo a aprovação do projeto arquitetônico de todas as edificações objeto desta contratação em consulta prévia, conforme as normas vigentes.

7.2.1.5. O Projeto de Arquitetura deverá conter elementos gráficos e escritos: Desenhos Técnicos, Memorial de Cálculo (contendo o dimensionamento da reserva técnica de incêndio e dos demais elementos) e Memorial Descritivo (com textos, tabelas, figuras e fotos), além de seguirem as especificações do CBMDF constantes na versão mais atual da NT 12 - Norma técnica de padronização gráfica de projetos.

7.2.1.6. Produtos esperados: a Contratada deverá entregar Projeto de Arquitetura na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (DWG e RVT) e em forma física em 3 (três) vias impressas em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias, bem como a aprovação do CBMDF.

7.2.2. Item 2: Elaboração de Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)

7.2.2.1. O Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação do mesmo, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo as normas do CBMDF e ABNT.

7.2.2.1.1. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):

- a) Detectores pontuais de preferência sem fio (wireless);
- b) Detecção por aspiração de amostra de ar para área técnica;
- c) Acionadores manuais;
- d) Alarmes áudio-visuais;
- e) Central endereçável.

7.2.2.1.2. Chuveiros automáticos (Sprinklers):

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura do ambiente;
- b) Definição da área de aplicação;
- c) Cálculo da vazão necessária na área de aplicação;
- d) Lançamento do percurso da tubulação e distribuição dos bicos;
- e) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7.2.2.1.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;

7.2.2.1.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

7.2.2.1.5. Materiais de Construção Incombustíveis: são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

7.2.2.1.6. Sistema de Ventilação Controlada: sistema automático de fechamento dos dampers do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

a) Integração do Sistema de Ar-Condicionado Central com SDAI.

7.2.2.1.7. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplas baixadas que se interligam com a rede de terra;

7.2.2.1.8. Extintores de incêndio:

a) Tipo portáteis;

b) Definição da quantidade e localização adequadas;

c) Sinalização adequada.

7.2.2.1.9. Sistema de combate a incêndio por gás inerte: dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido, exclusivo para sala cofre.

7.2.2.1.10. Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio: consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

7.2.2.1.11. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência: consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

7.2.2.1.12. Sistema de proteção por hidrante de parede: sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate a incêndio na edificação.

a) Cálculo da Reserva Técnica de Incêndio

b) Definição da localização do reservatório

c) Definição da localização dos hidrantes

d) Traçado da tubulação

e) Definição da localização das bombas

f) Cálculo hidráulico

g) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

7.2.2.1.13. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

7.2.3. Os projetos serão elaborados com base nas orientações advindas da Consulta Prévia aprovada junto ao CBMDF e às normas técnicas vigentes, bem como considerando os sistemas existentes em cada edificação;

7.2.4. A CONTRATADA deverá protocolar os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico junto ao CBMDF, anexando o Projeto de Arquitetura já aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

7.2.5. O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ART's no CREA e/ou dos RRT's no CAU.

7.2.6. A empresa deverá submeter os projetos à Fiscalização para aprovação prévia, antes da submissão ao CBMDF.

7.2.7. Deverá ser disponibilizado à Fiscalização o link externo para acompanhamento, por parte da Contratante, do andamento processual no CBMDF.

7.2.8. Em caso de solicitação de correções pelo CBMDF ou pela fiscalização técnica do MT, será concedido prazo para correção, definido pelo Fiscal Técnico do Contrato, não sendo superior a 50% do prazo máximo da etapa referente.

7.2.9. A obrigação da Contratada em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

7.2.10. A empresa deverá acompanhar o andamento processual, realizando com presteza todas as correções nos projetos que se fizerem necessárias até a aprovação pelo CBMDF.

7.2.11. Caso o prazo de análise do projeto submetido ao CBMDF expire antes da aprovação deste órgão, é de inteira responsabilidade da Contratada abrir novo processo seguindo as mesmas orientações constantes neste documento.

7.2.12. Caderno de Especificação Técnica

7.2.12.1. Caderno de especificações técnicas (em formato .PDF e .DOCX) com o descritivo das principais características das edificações e das atividades nela desenvolvidas, identificando e avaliando os riscos presentes no ambiente e seu desempenho em situação de incêndio. O documento deve conter, no mínimo, mas não somente, tempo requerido de resistência ao fogo dos elementos construtivos conforme norma técnica nº 14 do CBMDF e controle das características de Reação ao Fogo dos materiais incorporados aos elementos construtivos conforme norma técnica nº 17 do CBMDF.

7.2.12.2. A contratada deverá fornecer caderno de especificações técnicas de serviços, lista de materiais com a descrição de equipamentos e quantitativos a fim de subsidiar a elaboração futura do orçamento para execução das adequações das instalações.

7.2.12.3. Os materiais representados no caderno, deverão ter suas especificações técnicas atualizadas, de classe, e qualidade. Estarão de acordo com as últimas revisões dos padrões da ABNT e normas atualizadas, entre outras aplicáveis à elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

7.2.12.4. No referido caderno será admitida a indicação de marcas e modelo. Na escolha das soluções propostas deve ser observado o princípio da padronização considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 9º, inciso I, alínea b, da IN SEGES/ME nº 81, de 2022. Também deverá ser observada a Portaria SEGES/ME n. 938, de 2022, que institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

7.2.12.5. Na especificação do produto ou serviço, a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto deverá ser seguida das expressões “ou equivalente”, “ou similar” e “ou de melhor qualidade”.

7.2.12.6. Para execução dos serviços, devem ser indicados componentes de padrão médio a alto de qualidade e acabamento, de forma a assegurar durabilidade da solução proposta e conforto aos usuários.

7.2.13. Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços

7.2.13.1 O orçamento do projeto deverá ser elaborado pela CONTRATADA em obediência aos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, na forma do disposto no art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Caso não haja custo unitário de referência definido, poderão ser adotadas prioritariamente, e mediante justificativa técnica:

7.2.13.1.2. Fontes oficiais de outros entes da Administração Pública, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), da Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE); e

7.2.13.1.3. Fontes privadas, como as Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos, da Editora PINI, e o Informativo SBC.

7.2.13.2. O modelo da Planilha Orçamentária deverá ser único para todos os projetos realizados pela CONTRATADA para o CBMDF, a qual deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.2.13.3. Caso seja necessário, quando não houver composição ou insumos fornecidos através das instituições citadas anteriormente, a CONTRATADA deverá fazer pesquisa de mercado e anexar os orçamentos obtidos à Planilha Orçamentária.

7.2.13.5. Juntamente com a apresentação do Orçamento, deverá ser apresentada a ART (ou RRT) do responsável pela elaboração das planilhas bem como declaração expressa do autor das planilhas quanto à compatibilidade dos quantitativos e custos relativos aos projetos de arquitetura e engenharia.

7.2.13.6. Deverá acompanhar a Planilha Orçamentária, o memorial de cálculo do BDI e as Curvas ABC de Insumos e Serviços, os quais deverão ser submetidos à Aprovação da FISCALIZAÇÃO.

7.2.14. Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual

7.2.14.1. Considerando a complexidade e a natureza técnica da contratação, entende-se como necessária a apresentação de cronograma físico-financeiro individualizado por edificação.

7.2.14.2. Tal exigência fundamenta-se nos seguintes aspectos:

7.2.14.2.1. Especificidade Técnica de Cada Edificação: Cada imóvel possui características construtivas, arquitetônicas e de ocupação distintas (ex.: área construída, número de pavimentos, uso específico, instalações existentes), o que impacta diretamente na definição das soluções técnicas a serem adotadas no PSCIP, nos prazos de execução dos levantamentos e na própria elaboração do projeto. Dessa forma, um cronograma genérico não refletiria a realidade de execução dos serviços em cada unidade.

7.2.14.2.2. Gestão e Fiscalização Contratual Otimizadas: A apresentação de cronogramas individualizados permite à administração um acompanhamento mais preciso da execução física e financeira do contrato, com a possibilidade de aferição do cumprimento das etapas por edificação. Isso viabiliza o controle eficiente de entregas parciais e do desembolso financeiro correspondente, além de facilitar a aplicação de penalidades em caso de inadimplência.

7.2.14.2.3. Mitigação de Riscos e Planejamento Orçamentário: A individualização do cronograma possibilita melhor planejamento orçamentário, na medida em que os desembolsos poderão ser programados conforme a efetiva evolução dos serviços em cada imóvel. Isso também contribui para a mitigação de riscos contratuais, como atrasos ou incompatibilidades entre prazos e etapas técnicas.

7.2.14.2.4. Possibilidade de Execução Parcial e Entregas Intermediárias: O cronograma por edificação permite que o contratado organize suas atividades de forma escalonada, otimizando o uso de recursos humanos e técnicos. Além disso, facilita a realização de entregas intermediárias à Administração, promovendo maior previsibilidade na execução contratual.

7.2.15. Produtos esperados: Projetos Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico devidamente aprovados pelo CBMDF, Memoriais descritivo e de Cálculo das soluções adotadas; Caderno de Especificação Técnico contendo as justificativas e Modelagem digital da Informação da Construção (BIM) para adoção das soluções propostas acompanhadas de planilhas de quantitativos e custos e planilhas de composição de custos unitários de serviços, que deverão ser entregues em formato .PDF, .DOCX, e .XLSX., conforme o caso, e entre outros elementos necessários para a composição do projeto. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.DWG, .RVT) e em forma física em 3 (três) vias impressas em tamanho de papel com escala adequada, contendo as assinaturas necessárias, e entre outros elementos necessários para a composição do projeto. Ressalta-se que os documentos deverão ser completos, abrangendo todos os sistemas estabelecidos nas normas do CBMDF:

- a) Sistema de proteção por sinalização de emergência;
- b) Sistema de iluminação de emergência;
- c) Sistema de proteção por extintores de incêndio;
- d) Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência;
- e) Sistema de proteção por hidrante de parede;
- f) Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- g) Sistema de detecção e alarme de incêndio SDAI;
- h) Sistema de combate a incêndio por chuveiros automáticos (Sprinklers);
- i) Acessibilidade;
- j) Acesso de Viaturas;
- k) Grupo Motogeradores;
- l) Demais medidas de proteção e sistemas que se façam necessários.

7.3. Normativos e Legislação referencial

7.3.1. Para a Elaboração do Projeto de Arquitetura e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico, seguir os critérios, definições, metodologias e especificações contidas no Caderno de Especificações Técnicas, onde deverão ser observadas as normas e códigos aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a legislação vigente dos órgãos de administração pública competentes que serão consideradas como elementos de referência para quaisquer serviços ou fornecimentos de materiais e equipamentos. Devem ser aplicadas as seguintes normas técnicas, além de outras, no que couber:

- 7.3.1.1. NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 7.3.1.2. NBR 5419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 7.3.1.3. NBR 6492 - Representação gráfica de Projetos de Arquitetura;
- 7.3.1.4. NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios;
- 7.3.1.5. NBR 9715 - Mangueiras de combate a incêndio;
- 7.3.1.6. NBR 10.897 - Proteção contra incêndio por chuveiro automático;
- 7.3.1.7. NBR 10.898 - Sistema de Iluminação de Emergência (NB 652);

7.3.1.8. NBR 11.742 - Porta Corta-Fogo para saída de emergência - Especificação (EB 920);

7.3.1.9. NBR 12.693 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;

a) EB 148 - Extintor de Pó químico;

b) EB 149 - Extintor de água pressurizada;

c) EB 150 - Extintor de CO2 DIN 2440.

7.3.1.10. NBR 13.434: Sinalização de Segurança Contra Incêndio e Pânico - Formas, Dimensões e Cores.

Estabelece os requisitos para a sinalização de emergência, incluindo rotas de fuga, equipamentos de combate e áreas

7.3.1.11. NBR 13.531 - Elaboração de projetos de edificações – Atividades técnicas;

7.3.1.12. NBR 13.714 - Sistemas de Hidrantes e de Mangotinhos para Combate a Incêndio;

7.3.1.13. NBR 14.276: Programa de Brigada de Incêndio. Estabelece os requisitos para a formação, treinamento e atuação de brigadas de incêndio em edificações.

7.3.1.14. NBR 14.432: Exigências de Resistência ao Fogo de Elementos Construtivos de Edificações. Define os critérios para a resistência ao fogo de estruturas e elementos construtivos.

7.3.1.15. NBR 14.880 - Saídas de emergência em edifícios – Escadas de segurança, controle de fumaça por pressurização;

7.3.1.16. NBR 16.636-01 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1 - Diretrizes e terminologia;

7.3.1.17. NBR 16.636-02 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: - Projeto arquitetônico;

7.3.1.18. NBR 16.820 Sistema de sinalização de emergência - Projeto, requisitos e métodos de ensaio;

7.3.1.19. NBR 17240: Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção.

Estabelece os requisitos para sistemas de detecção e alarme que garantem a identificação precoce do incêndio e o alerta aos ocupantes.

7.3.1.20. Lei Federal nº 13.425/2017 Segurança Contra Incêndio em Edificações e Estabelecimentos

7.3.1.21. Decreto 21.361 de 20 de julho de 2000 Regulamento de Segurança contra incêndio e pânico do Distrito Federal; e Decreto nº 23.015 /2002.

7.3.1.22. Circulares nº 006 de 16/03/1992 e Nº 019 de 16/03/1992 da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

7.3.1.23. Todas as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal CBMDF. *Para casos em que a norma é omissiva, seguir recomendações de publicações das seguintes instituições:

a) NFPA - "National Fire Protection Association".

7.3.1.24. Entre outras legislações que estejam vigentes.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Com base no conjunto de edificações sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, foi elaborada a estimativa de quantidades a serem contratadas, considerando as necessidades específicas de cada imóvel. Ao todo, são quatro unidades principais sob gestão direta do Ministério, localizadas em Brasília/DF, conforme listadas a seguir:

8.1.1. Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", com área total de 26.566,34 m²;

8.1.2. Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2 com área total de 29.619,31 m²;

8.1.3. Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210, com área total de 2.320,32 m²;

8.1.4. Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180, com área total de 2.382,00 m².

8.1.5. Túnel que liga o Ed. Sede ao Ed. Anexo com área total de 600,00 m²

8.2. A estimativa considera, além da quantidade de edificações, fatores como a área construída, o nível de complexidade dos sistemas existentes, o estado atual da documentação técnica e a necessidade de atualização dos Projetos "As Built" e dos Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).

Essa abordagem visa assegurar a conformidade legal e técnica dos imóveis, em atendimento às exigências normativas vigentes, especialmente as do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

8.3. A contratação será estruturada em etapas distintas, de modo a garantir o atendimento integral das necessidades técnicas e legais de cada edificação, respeitando suas especificidades. O escopo dos serviços será dividido conforme segue:

8.3.1. Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura, com base no levantamento físico detalhado de cada edificação, visando à atualização dos registros técnicos conforme o estado atual das construções;

8.3.2. Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), atendendo aos requisitos normativos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o qual será composto pelas seguintes entregas:

8.3.2.1. Especificações Técnicas;

8.3.2.2. Projeto Executivo aprovado pelo CBMDF;

8.3.2.2. Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;

8.3.2.3. Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços;

8.3.2.4. Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual;

8.3.2.5. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

8.4. A seguir, apresenta-se planilha contendo a descrição detalhada das atividades previstas, com a respectiva **estimativa de quantidades** para atendimento das demandas relacionadas a cada uma das edificações sob a gestão do Ministério dos Transportes, em Brasília/DF:

GRUPO 1					
ITEM	CÓD. RECERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MEMORIA DE CÁLCULO /JUSTIFICATIVA
1.	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.				
1.1.	4365 - SBC	Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R".	m²	26.566,34	Área total construída conforme levantamento oficial (item 8.1.1)
1.2.	4365 - SBC	Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2.	m²	29.619,31	Área total construída conforme levantamento oficial (item 8.1.2)
1.3.	4365 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.	m²	2.320,32	Área total construída conforme levantamento oficial (item 8.1.3)
1.4.	4365 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.	m²	2.382,00	Área total construída conforme levantamento oficial (item 8.1.4)
1.5.	4365 - SBC	Elaboração de Projeto As Built – Túnel de ligação entre Ed. Sede e Anexo	m²	600	Área total construída conforme levantamento oficial (item 8.1.5)
2.	Elaboração de Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).				
2.1.	41004 - SBC	Ed. Sede - Esplanada do Ministérios, Bloco "R".	m²	26.566,34	Projeto abrangendo todos os sistemas de proteção e combate a incêndio, considerando área total construída
2.2.	41004 - SBC	Ed. Anexo - Esplanada do Ministérios, Bloco "R", Via N2.	m²	29.619,31	Projeto abrangendo todos os sistemas de proteção e combate a incêndio, considerando área total construída
2.3.	41004 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210.	m²	2.320,32	Projeto abrangendo todos os sistemas de proteção e combate a incêndio, considerando área total construída
2.4.	41004 - SBC	Setor de Garagens Oficial Norte - Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.	m²	2.382,00	Projeto abrangendo todos os sistemas de proteção e combate a incêndio, considerando área total construída
2.5.	41004 - SBC	Elaboração de Projeto Executivo de PSCIP – Túnel de ligação entre Ed. Sede e Anexo	m²	600	Projeto abrangendo todos os sistemas de proteção e combate a incêndio, considerando área total construída

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.672.579,36

9.1. A avaliação do valor para a contratação inclui todas as fases relativas ao desenvolvimento dos produtos finais, considerando as quatro edificações sob a gestão desta Pasta em Brasília/DF. Os valores foram calculados com base na área total em metros quadrados de cada edificação, que somam 61.488,00 m², distribuídos da seguinte forma:

- 9.1.1. Edifício Sede tem área total de 26.566,34 m²;
- 9.1.2. Edifício Anexos tem área total de 29.619,31 m²;
- 9.1.3. Túnel 600,00 m²
- 9.1.4. Edifício SGON I tem área total de 2.320,32 m²;
- 9.1.5. Edifício SGON II tem área total de 2.382,00 m².

9.2. A seguir, apresenta-se a planilha contendo o resumo e o valor estimado para a contratação:

GRUPO ÚNICO								
ITEM	CÓD. REFERENCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT SEM BDI	VALOR UNIT COM BDI 22,2%	VALOR TOTAL SEM BDI 22,2%	VALOR TOTAL COM BDI 22,2%
01	4365 - SBC	Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura.	m²	61.488	R\$ 9,66	R\$ 11,80	R\$ 593.974,08	R\$ 725.836,33
02	41004 - SBC	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP).	m²	61.488	R\$ 12,60	R\$ 15,40	R\$ 774.748,80	R\$ 946.743,03
Valor Total (Sem BDI)							R\$ 1.368.722,88	
Valor Total (Com BDI - 22,2%)								R\$ 1.672.579,36

9.3. Neste primeiro momento, foram realizadas estimativas preliminares para fins de análise da viabilidade econômica da contratação, conforme a solução apresentada na fase de levantamento de mercado. A pesquisa de preços adotou as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, que estabelece as regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e contratação direta, conforme disposto no § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.4. Essa pesquisa de preços tem como objetivo assegurar que os valores estimados estejam alinhados com as condições do mercado e com os requisitos da Administração Pública, garantindo a economicidade e a eficiência do processo. Para tanto, os valores foram levantados com base em dados obtidos na pesquisa realizada na base de dados do Informativo SBC, com referência de março de 2025.

9.5. De acordo com o Decreto nº 7.983, de 2013, em seu Art. 6º, caso não seja possível definir os custos com base nas referências dispostas nos artigos 3º, 4º e 5º do referido Decreto, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio de dados contidos em tabelas de referência formalmente aprovadas por órgãos ou entidades da administração pública federal, publicações técnicas especializadas, sistemas específicos instituídos para o setor ou ainda por meio de pesquisa de mercado. Nesse sentido, a pesquisa de preços realizada seguiu as diretrizes estabelecidas pelo Decreto, garantindo que os valores estimados estejam dentro da realidade do mercado, com base em fontes confiáveis e oficialmente reconhecidas.

9.6. Além disso, foram feitas também pesquisas junto a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, com o intuito de comparar os valores praticados em casos análogos. Contudo, devido às especificidades do objeto deste projeto, que envolve a elaboração do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), as informações obtidas não puderam ser utilizadas, uma vez que as condições técnicas e os requisitos exigidos são distintos.

9.7. Assim, a metodologia adotada para a pesquisa de preços levou em consideração essas diversas fontes de informação, garantindo que os valores estimados estejam alinhados aos parâmetros definidos pela legislação vigente.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O parcelamento da solução é, em regra, recomendado pela legislação, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para a obtenção da solução como um todo ou perda de economia de escala. Essa prática visa fomentar a ampla participação de licitantes, inclusive daqueles que não detenham capacidade de execução da totalidade do objeto, mas que possam atender a parcelas autônomas da contratação.

10.2. Trata-se de um serviço técnico especializado, com forte interdependência entre as etapas, cuja coerência e funcionalidade dependem de uma abordagem integrada. O fracionamento do objeto comprometeria a consistência técnica do projeto, a compatibilidade entre os sistemas e a sua futura aprovação junto ao Corpo de Bombeiros.

10.3. Dessa forma, a contratação será realizada em **grupo único**, o que se mostra mais adequado para garantir a qualidade técnica, a economicidade e a efetividade da solução. Cabe destacar que essa abordagem, já amplamente adotada na Administração Pública para objetos com características semelhantes, **não representa limitação à competitividade**, uma vez que o mercado conta com empresas habilitadas a prestar o serviço de forma integral, conforme as exigências do edital.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes vigentes no Órgão que possam impactar na contratação em curso.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico (2024-2027) do Ministério dos Transportes, conforme informações divulgadas na página "Portal da Estratégia": (<https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia>) (https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/elogroup_mt-plano-estrategico_ministerio-dos-transportes-2024.pdf).

12.2. Ademais, a contratação em questão está alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS do Ministério dos Transportes, que foi divulgado no link: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/arquivos-2025/plano-de-logistica-sustentavel-pls-versao-final.pdf>. Após conclusão do Plano, constatou-se que contratação deverá seguir os objetivos previstos no "Eixo Temático 1 - Promoção da Racionalização e do Consumo Consciente de Bens e Serviços."

12.3. Por fim, a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual - PCA, do exercício 2025, por meio do Identificador da Futura Contratação: 390004-57/2025.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A aquisição dos projetos de adequação dos edifícios sob a gestão do Ministério dos Transportes às normas do corpo de bombeiros é de extrema importância para garantir a segurança dos usuário das edificações. As normas de segurança contra incêndios estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF são projetadas para prevenir incêndios, facilitar a evacuação segura em caso de emergência e proporcionar condições para que os bombeiros possam intervir eficazmente em situações de incêndio. Estas orientações frequentemente incluem requisitos para estabelecimento de rotas de fuga sinalizadas, sistemas de iluminação de emergência e meios adequados para a saída rápida das pessoas em caso de incêndio. Trata-se de orientações específicas estabelecidas para minimizar o risco de incêndios e garantir que, caso ocorram, eles possam ser contidos e controlados de maneira eficaz.

13.2. A elaboração dos projetos em conformidade com as normas e as futuras adequações facilitarão o trabalho dos bombeiros ao garantir que os edifícios deste Ministério tenham acesso adequado para veículos de combate a incêndios, instalações para conexão de mangueiras, sistemas de hidrantes, entre outros.

13.3. A aprovação dos projetos poderá prever a necessidade de adequação das instalações do Ministério dos Transportes com a utilização de materiais resistentes ao fogo, sistemas de compartimentação e outras medidas destinadas a limitar a propagação do fogo e fumaça dentro dos edifícios em caso de incêndio. A conformidade com as normas possibilitará o avanço para outras fases da aquisição do Certificado de Regularidade tais como a realização de treinamentos regulares e simulações de evacuação, o que contribuirá para a preparação dos usuários dos ambientes em caso de emergência.

13.4. Além de proteger vidas, o objeto da pretensa contratação visa minimizar os danos materiais causados por incêndios, garantindo a presença de equipamentos de combate a incêndios adequados e a implementação de medidas preventivas. Em resumo, a contratação será essencial para criar um ambiente seguro e minimizar os riscos associados a incêndios, garantindo a proteção de vidas humanas e a preservação do patrimônio nas dependências do MT. A regularização da situação dos edifícios junto ao Corpo de Bombeiros evitará que a instituição seja objeto de novas notificações e multas. Proporcionará também a valorização dos imóveis públicos e a extensão da vida útil dos sistemas de segurança.

13.5. Diante do exposto é possível constatar que a contratação pretendida proporcionará economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis ao Ministério dos Transportes.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Eventualmente, poderão ser interditadas salas para abertura de forros e verificação das instalações existentes, ou áreas isoladas para realização de testes nos Sistemas de Incêndio instalados (sprinklers, iluminação, hidrantes, etc). Para evitar transtornos, a empresa será orientada a realizar esses serviços preferencialmente nos finais de semana.

14.2. Em caso de qualquer impacto decorrente dos trabalhos que afetem diretamente alguma área, sala ou setor, os responsáveis serão previamente comunicados, bem como as equipes correlatas de Segurança e Brigada, quando for o caso.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não haverá impactos ambientais tendo em vista tratar-se da contratação de projetos. Eventuais impactos decorrentes das etapas seguintes, as reformas ou obras, deverão ser tratados quando do planejamento dessas contratações.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a presente contratação se mostra viável do ponto de vista técnico. Outrossim, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, bem como a sua necessidade e adequação à realidade do Ministério dos Transportes.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 16:16:48.

CATIA ROBERTA JULIO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 10:47:13.

ELI FARIA VICARI



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 10:19:24.

[illegible]



**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA**

ANEXO I

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

1. PREÂMBULO

O presente documento consiste na padronização de elementos técnicos para a elaboração de Projeto de “As Built” de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), bem como todos os documentos técnicos necessários para a execução dos serviços, como por exemplo: Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços, Cronograma Físico-Financeiro, entre outros documentos devidamente aprovados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e demais órgãos reguladores e fiscalizadores.

2. OBJETIVOS

Apresentar as condições, normas, leis, procedimentos e especificações técnicas gerais para a elaboração dos projetos nos imóveis sob a gestão do Ministério dos Transportes, localizados em Brasília/DF, sendo:

- a) Edifício Sede, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios;
- b) Edifício Anexo, Alas Leste e Oeste, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, Via N2;
- c) Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 01, lotes 180, 190, 200 e 210;
- d) Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 02, lotes 160, 170 e 180.

2.1. Objetivos Específicos

- a) Considerar as Leis e normas vigentes no que tange à representação em projeto das soluções de arquitetura e engenharia para a prevenção e combate a incêndio, recomendadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF;
- b) Considerar as prerrogativas legais e normativas para aprovação dos

projetos de “As built” de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) no CBMDF, junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores;

- c) Pormenorizar no Memorial Descritivo do projeto, a representação, elementos gráficos, notas técnicas, tabelas, memórias de cálculo, detalhes construtivos e executivos, diagramas, fichas técnicas de máquinas, bombas e equipamentos, etc., contidos nas pranchas.
- d) Aprovação dos projetos junto ao CBMDF atendendo a todas as normas vigentes exigidas e possíveis revisões solicitadas por este órgão.
- e) Fornecimento da versão final aprovada junto ao CBMDF do projeto com toda sua documentação acessória e as versões finais dos arquivos digitais e originais do projeto, memoriais, planilhas e documentos em versão .dwg, .rvt, .docx, .xlsx e demais formatos necessários para a execução do objeto deste contrato.
- f) Apresentar planilha quantitativa de materiais e equipamentos apresentados em projeto, seu tipo e especificações.
- g) Apresentar planilha de orçamento detalhada, incluindo curva ABC e planilha de execução físico-financeira.

3. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

A contratação será dividida em duas etapas:

Etapla 01: Elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura;

Etapla 02: Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP);

- a) Especificações Técnicas;
- b) Projeto Executivo;
- c) Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Custos;
- d) Planilhas de Composição de Custos Unitários (BDI) de Materiais e Serviços;
- e) Cronograma Físico-Financeiro para todas as edificações, de forma individual.

A CONTRATADA deverá realizar as etapas de vistoria, levantamento de dados e elaboração dos projetos para aprovação da FISCALIZAÇÃO, dentro das normas vigentes.

Após a conclusão e aprovação do projeto pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá:

- a) Protocolar projeto no CBMDF para aprovação;

É importante destacar que todos os custos, emolumentos e taxas relacionadas para aprovação dos documentos técnicos deverão estar previstos na planilha de composição de custos da CONTRATADA, não gerando ônus adicionais para o Ministério.

Os projetos serão elaborados com base nas orientações advindas da Consulta Prévia aprovada

junto ao CBMDF e a legislação e normas técnicas vigentes, bem como considerando os sistemas existentes em cada edificação tendo por base o aproveitamento do todo ou parte, no que for possível e compatível com a legislação vigente.

É responsabilidade da CONTRADA tomar todas as medidas de engenharia necessárias para elaborar e aprovar o projeto de arquitetura das edificações objeto desta contratação em consulta prévia ao CBMDF.

A CONTRATADA deverá protocolar os Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas junto ao CBMDF, anexando o Projeto de Arquitetura já aprovado, Requerimento de Projeto de Incêndio e a ART/RRT do Responsável Técnico da CONTRATADA.

O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU.

A CONTRATADA deverá submeter os projetos à FISCALIZAÇÃO para verificação e apontamentos prévios, antes da submissão ao CBMDF.

Deverá ser disponibilizado à FISCALIZAÇÃO o link externo para acompanhamento, por parte do CONTRATANTE, do andamento processual no CBMDF.

Em caso de solicitação de correções pelo CBMDF ou pela FISCALIZAÇÃO técnica do MT, será concedido prazo para correção, definido pelo Fiscal Técnico do Contrato, não sendo superior a 50% do prazo máximo da etapa referente.

A obrigação da CONTRATADA em alterar, revisar e corrigir, a partir das notificações, os projetos e demais documentos submetidos ao CBMDF não cessará até que seja obtida a aprovação dos mesmos.

A empresa deverá acompanhar o andamento processual, realizando com presteza todas as correções nos projetos que se fizerem necessárias até a aprovação pelo CBMDF.

Caso o prazo de análise do projeto submetido ao CBMDF expire antes da aprovação deste órgão, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA abrir novo processo seguindo as mesmas orientações constantes neste documento e assumindo todos os encargos, taxas e emolumentos necessários para a abertura do novo processo.

4. PROJETO DE “AS BUILT” ARQUITETÔNICO

O Projeto de “As Built” Arquitetônico deverá seguir as normas referenciais da ABNT, como:

- a) NBR 6492 – Representação de Projetos de Arquitetura;
- b) NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- c) NBR 13532 – Elaboração de projetos de edificações – Arquitetura;
- d) NBR 14645-1 – Elaboração do “como construído” (as built) para edificações – Parte 1: Levantamento planialtimétrico e cadastral de imóvel urbanizado com área de até 25.000m², para fins de estudos, projetos e edificação – Procedimento;

- e) NBR 14645-2 - Elaboração do “como construído” (as built) para edificações – Parte 3: Locação topográfica e controle dimensional da obra – Procedimento;
- f) NBR 16636-1 – Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 1: Diretrizes e terminologia;
- g) NBR 16636-2 - Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos Parte 2: Projeto arquitetônico;
- h) Entre outras, que forem pertinentes.

Devem conter informações como:

4.1. Planta de Implantação e situação

- a) Indicar norte, escala, vias de acesso, acessos principais e secundários ao objeto arquitetônico, platôs e taludes principais, perímetro do terreno, recuos e afastamentos, denominação das edificações, indicação de áreas cobertas e estacionamentos, cotas gerais e cotas de níveis principais; recuos, projeção da(s) cobertura(s) e áreas permeáveis e impermeáveis, planta chave, quadro de áreas e legendas.

4.2. Planta de arquitetura

- a) Indicar o pavimento (subsolo, térreo, mezanino, 1º e demais pavimentos, se houver), norte, escalas, acessos, vedos internos e externos, esquadrias (portas e janelas), elementos estruturais principais, identificação dos ambientes e respectivas áreas, espaços de circulação, áreas de serviços, áreas funcionais e técnicas, projeção de níveis superiores e da cobertura, cotas gerais e cotas de nível principal.

4.3. Planta da cobertura

- a) Indicar norte, escalas, curvas de nível (se necessário), acessos, estacionamento e áreas cobertas, cobertura das edificações, calhas, inclinações, platibandas, rincões, espigões, cotas gerais e cotas de níveis principais.

4.4. Cortes gerais (transversais e longitudinais)

- a) Indicar escalas, elementos estruturais gerais (nervuras de vigas e pilares), vedos internos e externos, vãos de esquadrias (portas e janelas), identificação (ao nível do piso) dos ambientes representados, cobertura com indicação da respectiva inclinação, cotas gerais (verticais) e cotas de nível principais, eixos do projeto, relevo construído e projeção da topografia natural.

4.5. Elevações

- a) Devem corroborar com melhor entendimento, se necessário, apresentar vistas

internas e externas de partes de segmento arquitetônico, identificadas caso a caso (A, B, C, ...).

4.6. Fachadas

- a) Deverão ser representados elementos da edificação e de seus componentes construtivos externos nas penhas e fachadas: Leste, Oeste, Norte e Sul.

4.7. Detalhes relevantes

- a) Deverão apresentar os principais elementos da edificação e de seus componentes construtivos tais como: Escadas (corrimãos, degraus, espelhos, acessórios, faixas antiderrapantes etc.), acessos e acessibilidade, paginações, linhas de níveis e desníveis, escalas indicadas, Quadros de áreas, Quadro de esquadrias, Quadro de legendas, Quadro de especificações de materiais e notas técnicas.

4.8. Representação gráfica aplicada

- a) Deverão ser observadas as orientações do Anexo A da NBR 6492 – Generalidades, para efeito de atualização digital de projetos arquitetônicos, e padronização internacional.

5. PROJETO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico deverá seguir as normas referenciais da ABNT, bem como as normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, entre outras:

5.1. Legislação

- a) Decreto n.º 21361, de 20 de julho de 2000;
- b) Decreto n.º 23015, de 11 de julho de 2002;

5.2. Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

- a) NT nº 01 - Medidas de Segurança Contra Incêndio no Distrito Federal;
- b) NT nº 02 - Risco de Incêndio e Carga de Incêndio;
- c) NT nº 03 - Sistema de Proteção por Extintores de Incêndio;
- d) NT nº 04 - Sistema de Proteção por Hidrantes;
- e) NT nº 10 - Saídas de Emergência;
- f) NT nº 11 - Acesso de viaturas;
- g) NT nº 13 - Sistema de Chuveiros Automáticos;

- h) NT nº 14 - Tempo requerido de resistência ao fogo aos elementos construtivos;
- i) NT nº 15 - Procedimentos de segurança contra incêndio para a compartimentação horizontal e vertical;
- j) NT nº 17 - Controle das características de reação ao fogo dos materiais incorporados aos elementos construtivos;
- k) NT nº 21 - Iluminação de Emergência;
- l) NT nº 22 - Sinalização de Emergência;
- m) NT nº 23 - Detecção e Alarme;
- n) NT nº 44 - Águas Nebulizadas;
- o) NT nº 46 - Sistema Fixo de Gases.

5.3. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

- a) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- b) ABNT NBR 5419 - Proteção contra descargas atmosféricas (atualizada em partes: parte 1 a parte 4);
- c) ABNT NBR 9077 - Saídas de emergência em edifícios;
- d) ABNT NBR 10897 - Sistemas de sprinklers automáticos para proteção contra incêndio;
- e) ABNT NBR 10898 - Sistema de iluminação de emergência;
- f) ABNT NBR 12693 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- g) ABNT NBR 12962 - Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;
- h) ABNT NBR 13714 - Sistema de hidrantes e mangotinhos para combate a incêndio;
- i) ABNT NBR 14518 - Roteiros de inspeção de segurança contra incêndio;
- j) ABNT NBR 14880 - Saídas de emergência em edifícios — Escada de segurança — Controle de fumaça por pressurização;
- k) ABNT NBR 15219 - Porta corta-fogo para entrada de unidades autônomas e de compartimentação;
- l) ABNT NBR 15930 - Extintores de incêndio;
- m) ABNT NBR 16820 - Sistemas de sinalização de emergência — Projeto, requisitos e métodos de ensaio;
- n) ABNT NBR 17240 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio — Projeto, instalação, comissionamento e manutenção.

5.4. Planta de Implantação e situação

- a) Indicar norte, escala, vias de acesso, acesso principal e secundários ao objeto arquitetônico, platôs e taludes principais, perímetro do terreno, recuos e afastamentos, denominação das edificações, indicação de áreas cobertas e estacionamentos, cotas gerais e cotas de nível principais, recuos, projeção da(s) cobertura(s) e áreas permeáveis e impermeáveis, planta chave, quadro de áreas e legendas;

5.5. Layout de arquitetura

- a) Indicar o pavimento (subsolo, térreo, mezanino, 1º e demais pavimentos, se houver), norte, escala, acessos, vedos internos e externos, esquadrias (portas e janelas), elementos estruturais principais, identificação dos ambientes e respectivas áreas, espaços de circulação, áreas de serviços, áreas funcionais e técnicas, projeção de níveis superiores e da cobertura, cotas gerais e cotas de nível principais;

5.6. Planta da cobertura

- a) Indicar norte, escalas, acessos, estacionamento e áreas cobertas, cobertura das edificações, sentido de escoamento das águas pluviais e inclinação, cotas gerais e cotas de nível principal;
- b) Apresentar Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF;
- c) Cortes gerais (transversais e longitudinais);
- d) Indicar escala elementos estruturais gerais (nervuras de vigas e pilares), vedos internos e externos, vãos de esquadrias (portas e janelas), identificação (ao nível do piso) dos ambientes representados, cobertura com indicação da respectiva inclinação, cotas gerais (verticais) e cotas de nível principais, eixos do projeto, relevo construído e projeção da topografia natural;
- e) Apresentar elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.7. Elevações

- a) Devem corroborar com melhor entendimento, apresentar vistas internas e externas de partes de segmento arquitetônico, identificadas caso a caso (A, B, C,...);
- b) Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.8. Fachadas

- a) Deverão ser representados elementos da edificação e de seus componentes construtivos externos nas empenas e fachadas: Leste, Oeste, Norte e Sul;
- b) Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.9. Detalhes relevantes

- a) Deverão conter os principais elementos da edificação e de seus componentes construtivos tais como: Escadas (corrimãos, degraus, espelhos, acessórios, faixas antiderrapantes etc.),
- b) Acessos e acessibilidade, linhas de níveis e desníveis, escalas indicadas;
- c) Quadro de áreas;
- d) Quadro de esquadrias;
- e) Quadro de legendas;
- f) Quadro de especificações de equipamentos e notas técnicas;
- g) Apresentar Elementos gráficos específicos conforme NTs ou ITs do CBMDF.

5.10. Representação gráfica aplicada

- a) Deverão ser observadas as orientações do Anexo A da NBR 6492/21 – Generalidades para efeito de atualização digital de projetos arquitetônicos, e padronização internacional.

5.11. Diretrizes de projeto

O Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico contemplará as exigências do CBMDF para a aprovação deste, incluindo a aprovação da arquitetura das edificações em consulta prévia, seguindo o rito processual e atendendo legislação vigente e as normas da ABNT nelas citadas.

5.11.1. Sistema de detecção e alarme de incêndio (SDAI):

- a) Detectores pontuais de preferência sem fio (wireless);
- b) Detecção por aspiração de amostra de ar para área técnica;
- c) Acionadores manuais;
- d) Alarmes áudio-visuais;
- e) Central endereçável.

5.11.2. Chuveiros automáticos (Sprinklers):

- a) Sistema Passivo: ativa a liberação de água com rompimento da ampola pelo aumento da temperatura ambiente;
- b) Definição da área de aplicação;
- c) Cálculo da vazão necessária na área de aplicação;
- d) Lançamento do percurso da tubulação e distribuição dos bicos;

- e) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.11.3. Iluminação de Emergência:

- a) Blocos Autônomos: luminárias de emergência com funcionamento independente da rede elétrica da edificação e que possui bateria interna;

5.11.4. Sistema de controle de acesso:

- a) Compatibilização com o SDAI;

5.11.5. Materiais de Construção Incombustíveis: são aqueles que não se decompõem, não derretem, não deformam e não produzem muita fumaça ou gases quando expostos ao fogo.

5.11.6. Sistema de Ventilação Controlada: sistema automático de fechamento dos dampers do Sistema de Climatização Central para evitar a propagação de fumaça pela edificação.

- a) Integração do Sistema de Ar-Condicionado Central com SDAI.

5.11.7. Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): sistema responsável por direcionar sobrecorrentes internas ou externas à edificação ao solo, também conhecido como Para-Raios.

- a) Sistema Passivo: Gaiola de Faraday, ou seja, é composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, complementada com vários captosres e múltiplos baixados que se interligam com a rede de terra;

5.11.8. Extintores de incêndio:

- a) Tipo portátil;
- b) Definição da quantidade e localização adequadas;
- c) Sinalização adequada.

5.11.9. Sistema de combate a incêndio por gás inerte: dedicado para áreas técnicas que suprime o fogo com a redução da temperatura e concentração de oxigênio no ambiente protegido, exclusivo para sala cofre.

5.11.10. Sistema de sinalização de rotas de fuga e equipamento de combate a incêndio: consiste em símbolos e placas fotoluminescentes posicionados para orientar as pessoas sobre rotas de fuga, localização de equipamentos de segurança e procedimentos de emergências.

5.11.11. Sistema de proteção por rotas de fuga e saídas de emergência: consiste nas rotas de fugas planejadas para o abandono seguro da edificação em caso de emergência, como por exemplo: escada de emergência.

5.11.12. Sistema de proteção por hidrante de parede: sistema de bombeamento de água pressurizada para o combate a incêndio na edificação.

- a) Cálculo da Reserva Técnica de Incêndio;

- b) Definição da localização do reservatório;
- c) Definição da localização dos hidrantes;
- d) Traçado da tubulação;
- e) Definição da localização das bombas;
- f) Cálculo hidráulico;
- g) Líquidos aditivos: aditivos colocados na Reserva Técnica de Incêndio (RTI) para aumentar a eficiência da água no combate ao fogo.

5.11.13. Entre outros elementos necessários para a composição do projeto.

6. SIMBOLOGIAS GRÁFICAS

Os projetos deverão apresentar e representar graficamente as simbologias gráficas em conformidade com as diretrizes de projeto estabelecidos nas normas vigentes e nas NTs e ITs do CBMDF.

7. PADRONIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Nota Técnica ou Instruções Técnicas

- a) Deverá conter informações relevantes, instruções e recomendações das aplicações conceituais e soluções utilizadas no projeto em conformidade com as normas vigentes e com as NTs ou ITs do CBMDF;
- b) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.2. Projetos Executivos

- a) Deverão conter todas as informações relevantes, instruções e recomendações das aplicações conceituais e soluções utilizadas no projeto em conformidade com as normas vigentes e com as NTs ou ITs do CBMDF;
- b) Deverão ser entregues devidamente aprovados pelo CBMDF, juntamente com os Memoriais descritivo e de Cálculo das soluções adotadas e, Caderno Técnico contendo as justificativas para adoção das soluções propostas, acompanhadas de planilhas de quantitativos e custos e planilhas de composição de custos unitários de serviços.
- c) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão .PDF, .DOCX, e .XLSX., conforme o caso. Os projetos devidamente aprovados deverão ser entregues na forma eletrônica em formato .PDF, em formato editável (.DWG.

7.2. Memorial Descritivo

- a) Deverá descrever a edificação e seus sistemas, além de apresentar um resumo

com as principais características da edificação, como descrição de áreas, funções, sistemas adotados, dentre outros.

- b) Deverá ter a função de um manual, com explicações de manutenção e conservação dos sistemas;
- c) Deverá ter informações que acompanhe o estudo arquitetônico;
- d) Deverão conter, de forma textual, as definições, decisões de projeto tomadas no Estudo preliminar arquitetônico (PARQ) ou específico sobre o tema em pauta e as respectivas justificativas;
- e) Caracterizar as aplicações no projeto em conformidade com as normas vigentes e as NTs ou ITs do CBMDF;
- f) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.3. Planilha quantitativa de Materiais

- a) Deverá conter o quantitativo de todos os materiais, equipamentos, elementos e componentes especificados em projeto, com as informações completas e suficientes para a sua orçamentação, aquisição e instalação;
- b) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Excel e PDF.

7.4. Especificação Técnica

- a) Deverá conter as características, condições ou requisitos relativos a materiais, elementos e componentes, equipamentos, instalações ou técnicas de execução, a serem empregados;
- b) Deverá conter lista com identificação e numeração das pranchas de desenho;
- c) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Word e PDF.

7.5. Memórias de cálculo

- a) A CONTRATADA deverá entregar memorial de cálculo desenvolvido para elaboração de todos os projetos, deverá conter todos os cálculos realizados para a composição do produto final;
- b) Deverá conter informações relativas às premissas de projeto, atendimento às normas e legislações vigentes, cálculos de áreas, normas urbanísticas, código de obras (iluminação e ventilação), as solicitações projetuais (esforços, pressões, vazões, potência) referente a cada tipo de projeto, bem como informações relativas aos elementos que resistirão as solicitações.
- c) Deverá conter as dimensões, quantidades, preços unitários, custos totais, desenhos e especificações técnicas;

- d) As planilhas deverão ser entregues sem proteção de macros;
- e) A entrega do material deverá ser em formato digital, extensão Excel e PDF.

7.6. Planilha Orçamentária

- a) O orçamento do projeto deverá ser elaborado pela CONTRATADA em obediência aos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global, na forma do disposto no art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021. Caso não haja custo unitário de referência definido, poderão ser adotadas prioritariamente, e mediante justificativa técnica:
- b) Fontes oficiais de outros entes da Administração Pública, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), da Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE), o Sistema de Custos Rodoviários (SICRO), do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT); e
- c) Fontes privadas, como as Tabelas de Composições de Preços para Orçamentos, da Editora PINI, e o Informativo SBC.
- d) O modelo da Planilha Orçamentária deverá ser único para todos os projetos realizados pela CONTRATADA para o CBMDF, a qual deverá ser submetida à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- e) Caso seja necessário, quando não houver composição ou insumos fornecidos através das instituições citadas anteriormente, a CONTRATADA deverá fazer pesquisa de mercado e anexar os orçamentos obtidos à Planilha Orçamentária.
- f) Juntamente com a apresentação do Orçamento, deverá ser apresentada a ART (ou RRT) do responsável pela elaboração das planilhas bem como declaração expressa do autor das planilhas quanto à compatibilidade dos quantitativos e custos relativos aos projetos de arquitetura e engenharia.
- g) Deverá acompanhar a Planilha Orçamentária, o memorial de cálculo do BDI e as Curvas ABC de Insumos e Serviços, os quais deverão ser submetidos à Aprovação da FISCALIZAÇÃO.

8. PADRONIZAÇÃO DA ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1. Projeto

Deverão ser entregues 03 (três) jogos de cópias físicas e arquivos digitais em PDF impressas devidamente carimbadas com aprovação do CBMDF, e bem como os arquivos digitais em plataforma DWG, RVT;

8.2. Documentos

Deverão ser encaminhados 03 (três) jogos de cópias físicas e digitais de todos os Documentos protocolados devidamente aprovados junto ao CBMDF;

Deverão ser entregues 03 (três) jogos de cópias físicas e arquivos digitais em extensão .DOCX e PDF, dos Memoriais, Planilhas em extensão .XLSX, e quaisquer outras artes utilizadas no referido processo de elaboração e aprovação do projeto em voga.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO II

MATRIZ DE RISCO

OBJETO:

Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sobresponsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Responsável	Estratégias de Mitigação
Mudanças normativas exigidas pelo CBMDF ou ABNT	Baixa	Alto	CONTRATANTE	Monitorar normas como a NT 12 e NT 14 do CBMDF e inserir cláusulas contratuais de revisão de escopo e prazo em caso de alterações legais.
Informações incompletas sobre as edificações fornecidas pelo contratante	Alta	Alto	CONTRATANTE	Promover reuniões iniciais obrigatórias para coleta de informações detalhadas e visitas técnicas para verificar condições reais.
Atraso na entrega dos projetos "As Built" de arquitetura e PSCIP	Média	Alto	CONTRATADA	Exigir cronograma físico-financeiro detalhado e acompanhar sua execução em reuniões periódicas com o fiscal técnico do contrato.
Incompatibilidade entre o projeto elaborado e as condições reais das edificações	Média	Alto	CONTRATADA	Garantir vistorias detalhadas com conferência das condições in loco e realização de ajustes durante o processo de elaboração do projeto.
Divergência entre requisitos apresentados	Média	Alto	CONTRATADA	Realizar consulta prévia ao CBMDF antes da submissão

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Responsável	Estratégias de Mitigação
e exigências técnicas do CBMDF				final do projeto, com adequação às exigências específicas apontadas.
Atraso na aprovação dos projetos pelo CBMDF	Média	Alto	CONTRATADA	Acompanhar sistematicamente o andamento do processo junto ao CBMDF e responder prontamente a solicitações de correções ou ajustes.
Falha no dimensionamento do sistema de combate a incêndio (ex.: sprinklers e hidrantes)	Baixa	Alto	CONTRATADA	Memorial descritivo e de cálculo detalhado, elaborado conforme NT 14 do CBMDF e normas da ABNT, revisado por fiscal técnico especializado.
Riscos relacionados ao não cumprimento de prazos contratuais	Média	Alto	CONTRATADA	Aplicar cláusulas de penalidades e exigir garantias contratuais de 5% conforme o TR e a Lei nº 14.133/2021.
Problemas de comunicação e acompanhamento do andamento contratual	Média	Médio	CONTRATADA/CONTRATANTE	Estabelecer canais de comunicação claros e reuniões regulares, com uso de relatórios de progresso compartilhados com o contratante.
Subdimensionamento da Reserva Técnica de Incêndio (RTI)	Baixa	Alto	CONTRATADA	Validar o cálculo hidráulico da RTI com base em dados normativos e revisões técnicas da FISCALIZAÇÃO antes da aprovação do CBMDF.
Falhas na compatibilização dos sistemas de emergência (SDAI, SPDA, Sprinklers, etc.)	Média	Alto	CONTRATADA	Exigir a integração de sistemas com verificações independentes e detalhamentos técnicos no projeto final.

Regras de Fixação de Subestimativas e Superestimativas

1. Critérios para Subestimativas:

- Falta de detalhamento adequado dos custos e serviços durante o planejamento.
- Não realização de consulta prévia ao CBMDF antes da submissão dos projetos.
- Não consideração de possíveis atrasos no fluxo de aprovação junto aos órgãos reguladores.

2. Critérios para Superestimativas:

- Margens excessivamente conservadoras nos custos unitários apresentados pela CONTRATADA.
- Inclusão de equipamentos ou serviços não estritamente necessários, sem justificativa técnica.
- Redundância nos materiais ou sobreposições em escopos de serviços.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO III

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO:

Trata-se da contratação de serviço comum de Engenharia, para prestação de serviços elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	FONTE DE DADOS	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.0	Projeto "AS BUILT" de Arquitetura		m²	61.488	9,66	593.974,08
2.0	Elaboração de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP)		m²	61.488	12,60	774.748,80
TOTAL SEM BDI						R\$ 1.368.722,88
BDI (22,2%)						R\$ 303.856,48
TOTAL GERAL						R\$ 1.672.579,36

[illegible]



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS
DIVISÃO DE ENGENHARIA

ANEXO IV

**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
(IMR)**

INDICADORES	
Qualidade dos serviços prestados e atendimento de regras contratuais	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços contratados com qualidade e pontualidade
Meta a Cumprir	100% dos serviços executados e dos materiais recebidos, adequados ao padrão de qualidade e ao prazo definido citado no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Planilha de mensuração dos serviços executados, conforme planilha a ser desenvolvida internamente pelo Setor Requisitante.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará o cumprimento das atividades da execução dos serviços, conforme perspectiva da Administração e posterior lançamento do resultado na planilha de controle interna do Setor Requisitante.
Periodicidade	Não se aplica.
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data de início da execução dos serviços. Será formalizada no 1º (primeiro) dia útil após a assinatura do Termo de Contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	0 a 3 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura. 4 a 6 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura. 7 a 9 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura. 10 a 12 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura.
Sanção	A verificação de 13 (treze) ou mais ocorrências caracterizará inexecução parcial ou total do objeto do contrato, ficando a contratada sujeita à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

AVALIAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	OCORRÊNCIAS
1	Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao Preposto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.	-
2	Atraso no fornecimento dos materiais e equipamentos, necessários para a execução dos serviços, conforme condições previstas em Edital.	-

3	Atraso para início da prestação do serviço, sem a devida justificativa e anuência da FISCALIZAÇÃO.	-
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal, comprometendo a execução.	-
5	Negligência na execução dos serviços, assim entendidas ausências dos postos de trabalho, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas.	-
6	Tratamento inadequado com o público.	-
7	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, uniforme ou fornecer diferente das especificações, ou não substituir quando necessário.	-
8	Ausência de itens de equipamento de proteção individual (EPI).	-
9	Não utilização de crachá de identificação da empresa.	-
10	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados, conforme previstos em Edital.	-
11	Não corrigir os serviços no prazo determinado pela FISCALIZAÇÃO.	-
12	Não substituição de materiais em desconformidade com a qualidade especificada em Edital.	-
13	Deixar de recolher o lixo e limpar a área de execução dos serviços.	-
14	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório. (Por verificação mensal, quando da medição dos serviços).	-
15	Atraso na entrega dos serviços executados conforme cronograma estabelecido. Cada 3 (três) dias úteis de atraso será considerado 1 (uma) ocorrência, seguindo os critérios de faixa de ajustes no pagamento da tabela do Indicador.	-

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº do Processo: 50000.021596/2025-16

OBJETO: Trata-se da contratação de serviços especial de Engenharia, para elaboração de Projeto "As Built" de Arquitetura e Projeto Executivo de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), para todas as edificações, de forma individual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes em Brasília – DF.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui () OBRA / (**X**) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

O objeto envolve a elaboração de projetos técnicos especializados que requerem conhecimento técnico específico de engenharia e arquitetura, com emissão de RRT/ART. Pode-se caracterizá-lo de caráter não continuado, uma vez que serão realizados de forma específica em um período de tempo predeterminado. Todos estes parâmetros enquadram-se nos moldes do art. 6º, XVII e XXI da Lei nº 14.133/2021. Trata-se, portanto, de serviço de engenharia, embora não envolva execução direta de obras.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é () COMUM / (**X**) ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Conforme art. 6º, XXI, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021 e interpretação do Guia de Obras da AGU, trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual e de alta heterogeneidade, não passível de padronização em termos de desempenho e qualidade. Exige análise caso a caso e resposta técnica específica, especialmente para atendimento às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

() empreitada por preço unitário

(**X**) empreitada por preço global

() empreitada integral

() contratação por tarefa

() contratação integrada

() contratação semi-integrada

() fornecimento e prestação de serviço associado

Considerando a previsibilidade do escopo e dos quantitativos definidos no Termo de Referência, a execução por preço global proporciona maior segurança jurídica e financeira, permitindo à Administração controle orçamentário e responsabilidade plena do contratado pela entrega integral.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no documento abaixo identificado:

Considerando o objeto em tela, há uma margem de precisão qualitativa apresentada nos documentos técnicos, a qual resulta em menores preços ofertados pelos licitantes.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global / empreitada integral**, o Projeto Básico () NÃO DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos à presente contratação, sob a seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o () Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de () engenharia, () arquitetura ou () técnico industrial, com a emissão da () ART, () RRT ou () TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, (X) **NÃO** houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

Nesta fase preliminar da contratação, a elaboração do projeto básico e demais documentos instrutivos do processo licitatório foi realizada exclusivamente para fins de planejamento interno. Além disso, é importante destacar que a emissão da ART será devidamente exigida por ocasião da contratação da empresa que vier a executar os serviços técnicos especializados de engenharia objeto da licitação, conforme previsto no TR e nas normas aplicáveis.

No presente feito, o Projeto Básico / documentos técnicos **NÃO** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, com base na seguinte **justificativa**:

Não se aplica.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(X) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

() FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

() FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (x) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(x) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

a pesquisa foi extraída do Informativo SBC (março/2025), fonte usual para esse tipo de serviço técnico. A ausência de itens equivalentes no SINAPI justifica o uso de composições de custo com base em preços de mercado. Os quantitativos estão detalhados no TR.

(x) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

as pesquisas realizadas não foram compatíveis com o escopo da contratação em tela. Serão inseridas as telas e relatórios junto das documentações.

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

() foi/foram juntadas a(s) (X) planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s)

() NÃO foi/foram juntadas a(s) () planilha(s) sintética(s) e a(s) () planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(**X**) consta nos autos.

() NÃO consta nos autos. *

Na presente licitação:

(**X**) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

() NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

() foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do **SINAPI**, **sem** adaptações;

() foram adotadas composições “**adaptadas**” do **SINAPI**, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(**X**) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Tabela referencial: Informativo SBC.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (**X**) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() adota o parâmetro do () 1º quartil ou (**X**) médio ou () 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

() adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(X) PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

() NÃO FORAM PREVISTOS pagamentos proporcionais para os custos diretos, incluindo os de administração local, para cada período de execução contratual, sob a seguinte justificativa:

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

() foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e () SERVIÇOS.

(X) NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos () INSUMOS e aos

(X) SERVIÇOS, sob seguinte **justificativa**:

Por não se tratar de orçamentos com grande quantidade de itens de serviços distintos.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (X) DESONERADOS ou () NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (*preencher, se necessário, para outras considerações*):

Os itens considerados no cálculo do BDI estão em conformidade com o Acórdão 2.622/2013 - TCU. Além disso, os preços de referência utilizados no Mapa Comparativo de Preços foram extraídos da tabela de referência SBC e já contemplam a desoneração tributária.

Para assegurar a correta aplicação dos encargos sobre a receita bruta, foi adotado o percentual de 3,60% para a CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), conforme disposto na Lei nº 14.973/2024. Esse percentual impacta diretamente na composição do BDI, garantindo que os custos orçados reflitam a realidade do mercado e assegurando a economicidade e eficiência da contratação.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (**X**) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Administração central: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

Seguro e garantia: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

Risco: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

Despesa financeira: (X) 1º quartil ou () quartil médio ou () 3º quartil:

Para o objeto em tela, não haverá custo com obras e materiais, pois trata-se de uma contratação meramente de cunho intelectual, não necessitando de um desembolso financeiro ou algo que afete o fluxo de caixa da contratada.

Lucro: () 1º quartil ou (**X**) quartil médio ou () 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, () SERÁ ou (x) NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

Não se aplica.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

Não se aplica.

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Não se aplica.

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

Não se aplica.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(**X**) FOI juntado aos autos

() NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(**X**) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

() NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

() FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(**X**) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (**X**) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (**X**) CREA e/ou ao (**X**) CAU e/ou ao (**X**) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

A empresa CONTRATADA deverá apresentar registro no CREA/CAU, uma vez que os serviços exigem qualificação técnica pertinente a execução do objeto.

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(**X**) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

Atestado(s) de Capacitação Técnica, operacionais, emitidos por empresas de direito público ou privado devidamente identificadas, em nome da licitante, onde comprove ter executado serviços compatíveis e pertinentes, em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(**X**) SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Apresentação de, no mínimo 12.300 m², correspondendo a aproximadamente 20% do quantitativo, por item.

Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será (**X**) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Com base no escopo solicitado, o valor mínimo assegura que a administração pública contrate prestadores competentes e qualificados, que possam efetivamente atender às exigências do projeto.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(**X**) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para engenheiro ou arquiteto: profissional de nível superior em engenharia civil devidamente registrado no CREA ou CAU, que comprove experiência na elaboração do objeto em tela.

() SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Será solicitado da licitante indicar, expressamente o responsável técnico pelos serviços, em cujo acervo, registrado no órgão competente (CREA ou CAU), conste Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, por execução de serviço de característica semelhante ao objeto desta Contratação.

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

Não se aplica.

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será () FACULTATIVA ou (**X**) OBRIGATÓRIA, e o licitante (**X**) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

É muito importante a presença dos participantes nos locais para conhecimento e esclarecimento de dúvidas dos ambientes. Entretanto, caso o licitante opte por apresentar uma declaração, durante a execução do contrato, não poderá alegar desconhecimento de detalhes que por ventura surjam durante a execução contratual.

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado (**X**) NÃO ADMITIU ou () ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e **justificativas** técnicas:

Há diversos riscos associados à subcontratação, por exemplo, falta de coerência técnica e responsabilidade, bem como o não cumprimento de prazos, prejudicando a gestão contratual.

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Trata-se de uma medida prudente que visa assegurar a segurança financeira, a capacidade de execução e a proteção do interesse público, contribuindo para a realização do objeto de forma eficaz e confiável.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

No que se refere à presente contratação, a exemplo das contratações anteriores, entende-se que, por não se tratar de objeto que envolve alta complexidade ou relevante vulto e, sim, por serviços usualmente prestados por empresas do ramo as quais possuem expertise e capacidade técnica para tanto, o edital não deve prever a participação de empresas reunidas em consórcio.

Por grande vulto o inciso XXII, do art. 6º, da Lei 14.133/2021, entende-se por contratação de obras, serviços e fornecimentos cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), que não é o caso do presente processo.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Não poderão participar desta licitação as Cooperativas de Trabalho em consonância com o entendimento nos termos da súmula 281 do TCU, que dispõe sobre a vedação de participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como considerando a vedação contida no Anexo IV do Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, e ao disposto no art. 10 da IN nº 05/2017 por considerar que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (**X**) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

(**X**) verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

(**X**) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Para a pretensa contratação, não incidem critério de sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, pela natureza da prestação dos serviços, sendo a mesma classificada como elaboração de projeto de combate a incêndio e pânico de cunho intelectual. Contudo, há de verificar a implementação, pela contratada, das práticas de sustentabilidade na execução dos serviços e no fornecimento de materiais e equipamentos destinados aos serviços, em conformidade com o previsto nos artigos 5º, 11º e 45º da Lei 14.133/2021, no que couber.

(Assinado eletronicamente)

VITOR AUGUSTO BISPO DA SILVA

Integrante Requisitante

Engenheiro Eletricista

CREA nº 104521/D-MG